

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 21

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração centenária 3

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda as principais mudanças da declaração do Imposto de Renda 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dados de IPCA e emprego devem pressionar debate fiscal 5

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Existem formas de agilizar a concessão 6

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sonho da casa própria é possível para os MEIs 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Regulação de aplicativos gera atrito 10

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação paralela é ameaça à reforma tributária 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

"Governo não leva em conta características do delivery" 14

A TARDE - SALVADOR - BA - SALVADOR
SEGURIDADE SOCIAL

Regulamentação de motoristas de app não satisfaz condutores e nem os usuários 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Regulação de trabalho por aplicativo gera atrito (MUDANÇAS) 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino não resolve desequilíbrio estrutural do INSS (Editorial) 20

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino - APOSENTADOS 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Tenax faz acordo com HMC para avançar em fundos de pensão 23

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Cadastro atualizado pode acelerar benefícios do INSS 24

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Começa a valer novo limite de 1,72% para juros do consignado do INSS 25

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado do INSS: 2 em cada 10 contratos têm juros acima do limite (Previdência) 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ações paralelas corroem parte do ganho possível com reformas micro 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária será reforma mais importante desse governo, diz secretário 33

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados querem cobrar 25% de ICMS das varejistas estrangeiras 35

FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impulso fiscal bate recorde e chega a R\$ 300 bi em 2022-2023, calcula XP 37

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

"Bitcoin é opção para diversificar o portfólio" 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Consumidor brasileiro é 4º mais otimista, diz pesquisa 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bancos centrais começam a vislumbrar vitória ao alcance na guerra contra inflação 42

Declaração centenária

Mariana Lamos

Todos os anos, costumeiramente entre março e maio, os contribuintes devem fazer a entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF). Informar rendimentos, aplicações financeiras e comprovar despesas médicas ou escolares pode ser feito em poucos cliques, no computador ou até mesmo pelo celular.

Há algumas décadas, entretanto, era necessário preencher formulários em papel e entregar o documento em repartições do Ministério da Fazenda ou bancos públicos. A primeira declaração de rendimentos do Imposto de Renda foi apresentada pelo Governo Federal há 100 anos, em fevereiro de 1924. O formulário era dividido em dois tipos, um voltado para rendimentos de trabalho com comércio ou indústria, e outro para capitais e valores imobiliários, profissões não comerciais e subsídios, bonificações e remunerações.

Ao longo de um século, a declaração foi atualizada diversas vezes e adaptada para acompanhar a transformação digital. A evolução fez com que o modelo adotado no Brasil seja um dos mais avançados do mundo, segundo Adalberto Vitor dos Nascimento, vice-presidente de Ações Institucionais do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRC-CE).

"O modelo que nós temos aqui, para o nível de dificuldade que temos que enfrentar, é um dos mais avançados. A entrega da declaração é feita de uma forma um tanto quanto facilitada, para a quantidade de situações que existem no País. Estamos bem à frente de vários países, em especial os latino-americanos", explica o contador.

Adalberto aponta que, para a maioria dos contribuintes, grande parte das informações já aparecem automaticamente no sistema e precisam apenas ser confirmadas pelos cidadãos. Com a facilitação do processo, os contribuintes estão cada vez mais conscientes dos prós e contras da declaração.

Intuitivo

O contador aponta que o sistema digital tem se tornado mais intuitivo, sem complexidade de uso para o público com pouco costume e acesso a meios digitais. "O que a gente recomenda é que, independente da idade, a pessoa possa realizar a análise e a entrega

da declaração contando com a colaboração do profissional que entenda do processo", explica.

O auditor-fiscal da **Receita Federal** Marcondes Fortaleza reitera que o Brasil está na vanguarda tecnológica do preenchimento e entrega da DIRFF. Ele ressalta que, desde a sua criação, o portal e-CAC (destinado para a declaração) passa por atualizações anualmente.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

A declaração foi atualizada diversas vezes e adaptada para acompanhar a transformação digital

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Entenda as principais mudanças da declaração do Imposto de Renda

O prazo inicial para o contribuinte brasileiro enviar a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2024 (ano-base 2023) começa nesta sexta-feira (15/03). Neste ano, a declaração possui algumas mudanças, já anunciadas pela **Receita Federal**. Entre as principais está o aumento do limite de rendimentos que obriga o envio do documento por causa da mudança na faixa de isenção.

Em maio do ano passado, o governo elevou a faixa de isenção para R\$ 2.640, o equivalente a dois salários mínimos na época. A mudança não corrigiu as demais faixas da tabela, apenas elevou o limite até o qual o contribuinte é isento, que subiu de R\$ 28.559,70 para R\$ 30.639,90. Mesmo com as faixas superiores da tabela não sendo corrigidas, a mudança ocasionou uma sequência de efeitos em cascata que se refletirão sobre a obrigatoriedade da declaração e os valores de dedução. Além disso, há legislação que aumentou o limite de rendimentos isentos e não tributáveis e de patrimônio mínimo para declarar Imposto de Renda. Segundo a **Receita Federal**, as mudanças farão 4 milhões de contribuintes deixarem de declarar Imposto de Renda neste ano. Mesmo assim, o Fisco espera receber 43 milhões de declarações em 2024, mais que as 41.151.515 entregues em 2023.

Os limites de deduções não mudaram. A nova tabela não trouxe reflexos sobre o valor da dedução por dependente (R\$ 2.275,08), no limite anual das despesas com instrução (R\$ 3.561,50) e no limite anual para o desconto simplificado (R\$ 16.754,34). A isenção para maiores de 65 anos também não mudou.

Pré-preenchida

Outro destaque esse ano será o maior volume de dados que serão disponibilizados na declaração pré-preenchida. O recurso permite o preenchimento de quase toda a declaração de forma automática.

Emanuelle Oliveira, Advogada, contadora e sócia da Fonteles Associados, explicou que normalmente, a Receita divulga o programa com antecedência. "Entre as principais novidades estão o teto da declaração, que foi ampliado, passando de R\$ 28 mil para R\$ 30,6. Essa, de fato, é uma alteração importante. Com

esse alargamento da isenção, somente aqueles declarantes que receberam rendimentos tributáveis

acima desse teto estará obrigado a declarar. No geral, as regras não estão mais simples, mas a Receita tem facilitado a captura dessas informações, como a declaração pré-preenchida, por exemplo. A partir dela, o contribuinte tem a possibilidade de pegar a maioria das informações que foram declarada pelo tomador de serviços, o que de certa forma facilita a vida do declarante", disse a especialista. A declaração pré-preenchida facilita a vida do contribuinte. "Tem facilitado, o que dificulta ao contribuinte entrar na malha fina. Mas é importante que o declarante confirme essas informações, ou seja, não o tira da responsabilidade de conferir os seus dados", explicou.

A ordem de prioridade para a restituição é a seguinte: contribuintes idosos com idade igual ou superior a 80 anos; contribuintes idosos com idade igual/superior a 60 anos, pessoas com deficiência e portadores de moléstia grave; contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; contribuintes que utilizaram a pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por PIX; e demais contribuintes.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/11-03-2024-edicao-247622/>

Dados de IPCA e emprego devem pressionar debate fiscal

Gabriel Caprioli De São Paulo

Após o debate em torno da meta fiscal ter esquentado no fim da última semana, com a decisão da Petrobras em não pagar dividendos extraordinários - anunciada na quinta-feira -, os indicadores previstos para os próximos dias devem manter as atenções voltadas para os ramos do orçamento federal.

Na terça-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deve trazer a público o resultado do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro. Segundo as projeções levantadas pelo Valor Data, o indicador seguiu em aceleração e deve ter registrado alta de 0,78%, quase o dobro da taxa de 0,42% vista no primeiro mês do ano.

Se confirmado o resultado, o acumulado nos últimos 12 meses chegará a 4,44%, o que representa perda de ritmo em relação a janeiro (4,51%) e também coloca o índice dentro do limite máximo da meta de **inflação** do ano (4,5%).

Outro número que deve sair nos próximos dias é o de vagas com carteira assinada registradas em janeiro pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em dezembro, o número decepcionou tanto na leitura mensal quanto na anual, quando a abertura de 1,48 milhão de vagas em 2023 ficou abaixo do estimado pelos analistas do mercado.

As pressões de curto prazo sobre a **inflação** e o mercado de trabalho devem guiar as discussões em torno da meta fiscal.

A equipe econômica tem se defendido com o argumento de que é necessário aguardar ao menos até o dia 22 de março, quando o relatório bimestral de receitas e despesas for divulgado, para se discutir a necessidade ou não de rever a ambição de déficit primário zero ainda em 2024.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, chegou a dizer na semana passada que está otimista e prevê a necessidade de um bloqueio orçamentário "bem menor" que os R\$ 28 bilhões estimados anteriormente. "Estamos muito longe desse número", afirmou.

Embora tenha visto suas previsões para arrecadação administrada pela **Receita Federal** se concretizarem,

a equipe do ministro Fernando Haddad não tem conseguido evitar revezes. A decisão da Petrobras é o mais recente deles.

Conforme revelado pelos repórteres Estevão Tair e Murillo Camarotto, a equipe econômica foi contra o não pagamento dos dividendos extraordinários, decisão que vai de encontro ao esforço fiscal do governo, que também é o principal acionista da empresa.

Outro revés veio pelo embate no Parlamento em torno do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Sem sucesso em encerrar o programa, o Ministério da Fazenda se concentra agora em emplacar uma versão menor do benefício, que limite o impacto fiscal anual do programa a R\$ 8 bilhões.

Para além das receitas, outras pistas sobre os rumos que terão de ser tomados pelo governo virão das primeiras pesquisas de atividade do ano, que devem ser publicadas pelo IBGE.

Depois da retração de 1,6% da indústria em janeiro, o instituto traz a público nesta semana os números da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), com o desempenho do varejo, e da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Ambas são relativas ao primeiro mês do ano.

O recuo da indústria - próximo ao que era previsto pelos economistas - foi insuficiente para desfazer o otimismo dos analistas em relação ao setor para 2024.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187811?page=1§ion=1>

Existem formas de agilizar a concessão

CAIO PRATES

Os especialistas alertam que os segurados devem seguir três passos para acelerar o processo de concessão de benefícios. Primeiro, verificar no CNIS as informações sobre o período de recolhimento de contribuições previdenciárias. Depois, confrontar os vínculos das carteiras de trabalho e guias de recolhimento, para verificar se todos os períodos estão completos e corretos no CNIS. E, por último, verificar os salários de contribuição e confrontar com os holerites, guias de recolhimento e alterações salariais da carteira de trabalho para ver se estão corretos.

Marco Aurelio Serau Junior, advogado e professor, destaca que a análise do CNIS é extremamente importante e deve ser feita por um profissional especializado, "que analisará os contratos de trabalho e contribuições do cliente, em comparação com o CNIS e, havendo divergência, tomará as medidas adequadas, na via administrativa ou se necessário até mesmo na Justiça".

Outro documento que merece atenção é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) para a comprovação de período insalubre. "É uma obrigação da empresa fornecer o PPP. E o trabalhador tem o direito de receber este documento em sua rescisão ou ao solicitá-lo. Caso a empresa não exista mais, é importante tentar contatar os responsáveis e usar o site da **Receita Federal** para obter informações.

A massa falida sempre tem um administrador e na Junta Comercial você também poderá acessar o contrato social da empresa e localizar os sócios", orienta.

Outro problema de documentação que pode atrasar o pedido de aposentadoria ou de outros benefícios está relacionado a falhas no atestado médico. O documento médico deve relatar exatamente qual a doença que o segurado possui, o tempo de afastamento necessário para recuperar sua capacidade laborativa, além do código internacional de doença, também chamado de CID.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_9B10F2E9E0D6A649341E47DAD9CEFE1A0E6E0B8299DC45505C2BE9EDE67B0B831A27EAE299D6B3F5BC33088A29E42D98FCDC79B1C2C281D8CBAEC495C06E7583BF2F65FA5A542983448EAC188EC4B8FC6EC3EDFB5FEEB6BD3A10

FE6B161BF560DD2C260C595FE3A0F90A856942C316494
F0D71F068F403463973EFD399C3F

Sonho da casa própria é possível para os MEIs

Caroline Nunes caroline.nunes@oglobo.com.br

Comprar a casa própria é um desejo compartilhado pela maioria dos brasileiros, e o financiamento imobiliário é uma das maneiras de realizar esse sonho. No entanto, quem é Microempreendedor Individual (MEI) pode ter dificuldade de obter crédito para adquirir um apartamento ou uma casa, por não ter carteira assinada. Mas especialistas ouvidos pelo EXTRA dizem que é possível.

Isso porque, em um financiamento, a instituição financeira empresta o valor do bem que deverá ser pago em alguns anos e, para isso, precisa de garantias. Luis Felipe Cavalcanti, professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis da Estácio, destaca que a principal diferença para um MEI é a forma como ele vai comprovar a renda.

- É necessário, através de extratos ou declarações anuais, comprovar a capacidade de pagamento. As três principais formas são: declaração de Imposto de Renda, Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore) e extrato bancário.

O professor acrescenta que as instituições financeiras costumam exigir que o MEI tenha, no mínimo, seis meses de existência, além dos documentos básicos de identificação, comprovante de rendimentos e de residência.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), somente no Rio de Janeiro, há 1,1 milhão de microempreendedores individuais, com limite de faturamento anual de R\$ 81 mil, conforme exige a legislação. Professor de Ciências Contábeis do Centro Universitário Cesuca, Filipe Martins diz que é comum relacionarem a carteira assinada como uma garantia do pagamento, já que há uma renda fixa, enquanto a de um empresário é variada, pois está ligada aos lucros da empresa. Mas ele explica que não é bem assim.

- Também é verificado em algumas instituições financeiras se a empresa já está consolidada, o que garante uma renda com variações mínimas. Uma pessoa física pode trocar de emprego com frequência, logo também não possui uma renda que possa dizer constante e sem risco de oscilação - explica.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), em 2023, foram financiados 499.149 imóveis, movimentando mais de R\$ 152 bilhões.

Cavalcanti, da Estácio, destaca que, após a comprovação de renda, o financiamento segue praticamente as mesmas etapas para uma pessoa de carteira assinada, desde a escolha do imóvel e a verificação da documentação exigida até a assinatura do contrato e o pagamento do imposto de transferência do bem.

-

Programa habitacional é opção

Uma das formas de obter financiamento habitacional é por meio do Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. A expectativa do programa, que foi retomado no ano passado, é financiar dois milhões de moradias até 2026. E os microempreendedores individuais podem conseguir crédito para comprar a casa própria por meio dessa modalidade, diz o coordenador de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Rio, Marcos Mendes: - O programa do governo brasileiro oferece opções de financiamento habitacional até para microempreendedores. As condições podem variar de acordo com a faixa de renda.

Filipe Martins, professor de Ciências Contábeis do Cesuca, explica que os MEIs interessados nesse tipo de financiamento precisam ficar atentos aos requisitos para participar. Ou seja, é necessário se enquadrar em uma das faixas (veja ao lado) para financiar a moradia pelo programa.

-A pessoa física que é MEI pode financiar a casa própria enquanto empresária. Para participar do programa, basta estar atenta às regras, que estão no site da Caixa Econômica Federal - diz.

Para financiar moradias em áreas urbanas, é necessário, entre os requisitos, ter renda familiar bruta de até R\$ 2.640 para a faixa 1; até R\$ 4.400 para a faixa 2; e até R\$ 8 mil para a faixa 3. Além disso, os beneficiários não devem ter nenhum imóvel registrado em seu nome.

Os participantes do programa também precisam

respeitar os limites de valores das moradias. Para a primeira e a segunda faixas, os limites variam de R\$ 190 mil e R\$ 264 mil; já os beneficiários da última faixa podem comprar imóveis de até R\$ 350 mil.

É preciso também apresentar documentos que comprovem a renda.

-

'Condições podem variar entre os bancos'

MARCOS MENDES Coordenador de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae As condições de financiamento, as taxas de juros e os critérios de elegibilidade podem variar entre os bancos. Recomenda-se entrar em contato diretamente com as instituições financeiras ou buscar informações atualizadas em sites oficiais para obter os detalhes mais recentes sobre programas de financiamento imobiliário para MEIs.

PARA TER EM MÃOS

DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA Por meio da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a **Receita Federal** pode ter acesso à evolução de patrimônio do contribuinte, além de verificar se o pagamento de **impostos** ocorreu da maneira que deveria.

DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERCEPÇÃO DE RENDIMENTOS (DECORE) Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, esse documento comprova informações sobre a percepção de rendimentos, em favor de pessoas físicas. É emitido por profissionais de Contabilidade.

EXTRATO BANCÁRIO Fornecido pela instituição financeira da qual a pessoa é correntista. o extrato apresenta um resumo das movimentações bancárias de uma pessoa física ou jurídica.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Representam a formalização de acordos entre empresas e prestadores de serviços, tratando sobre direitos e obrigações das partes.

CARTÃO DE CNPJ O Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas tem as informações das empresas. É administrado pela **Receita Federal**. Por meio do número de cadastro, é possível ter acesso à situação cadastral e à existência de uma empresa.

RELAÇÃO DE FATURAMENTO Com essa declaração, é possível visualizar os faturamentos da empresa mês a mês, como se fosse um extrato bancário, com um resumo das movimentações feitas.

É também um documento que comprova os rendimentos de uma organização.

CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL Certifica que a empresa está aberta e também comprova a inscrição no CNPJ e na Junta Comercial do estado em que o microempendedor reside. É importante, pois dispensa a necessidade de obtenção de alvará e licença de funcionamento, desde que as obrigações legais do negócio sejam cumpridas.

DECLARAÇÃO anual DE FATURAMENTO Deve ser feita uma vez ao ano com as informações referentes ao faturamento anual da empresa.

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA O comprovante de residência é um meio de informar que uma pessoa vive em determinado local. Podem ser comprovantes: contas de água, gás, energia e telefone (fixo ou móvel), entre outros.

DOCUMENTOS BÁSICOS DE IDENTIFICAÇÃO Os documentos de identificação confirmam a identidade de um indivíduo. Podem ser usados Carteira Nacional de Habilitação (CNH), carteira de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF), entre outros.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Regulação de aplicativos gera atrito

» **RAFAELA GONÇALVES**

A proposta do governo federal para regular o trabalho de motoristas que atuam por meio de plataformas digitais foi recebida com uma série de críticas por grupos que representam a classe. Apesar do texto ter sido fruto de um ano de discussões do Grupo de Trabalho Tripartite, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com representantes da categoria, das empresas e do Executivo, o projeto enfrenta uma série de resistências.

Pela proposta do governo, não haverá vínculo trabalhista entre motoristas e aplicativos, como é previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mas o projeto prevê o pagamento de um "salário mínimo" de R\$ 32,9 por hora trabalhada, sendo R\$ 8,2 relativos ao trabalho em si e R\$ 24,7 referentes aos custos do motorista, como uso do celular, combustível, manutenção do veículo, seguro, **impostos**, etc. Ele também estabelece uma jornada de oito horas diárias, que pode chegar a 12 horas, se houver acordo coletivo.

Divergência Pelo menos três pontos da regulamentação causaram incômodo entre os trabalhadores: a jornada de trabalho, o piso pago por hora e a **previdência social**. Em nota, a Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) alegou que o modelo sugerido pelo governo "pode incentivar a jornada excessiva".

O argumento é de que os profissionais que atuam em apps de transporte podem trabalhar por 12 horas em cada companhia, de acordo com as regras atuais. No entanto, uma limitação da carga reduziria a margem para aqueles que precisam trabalhar mais.

Uma das principais propostas contempladas pela regulação é a atribuição de um piso mínimo. Para receber o piso nacional, o trabalhador deve realizar uma jornada de oito horas diárias efetivamente trabalhadas. A categoria se preocupa com uma possível necessidade de acordo coletivo para que se cumpra mais do que as horas definidas.

A federação defende que a remuneração deveria continuar sendo por quilômetro rodado. "O pagamento por hora não leva em conta as variações de demanda, não existe ganho real em pagamentos por hora em corridas, os ganhos precisam levar em conta o quilômetro rodado e tempo, trânsito, distância e tempo de espera, que são fatores que influenciam

diretamente na renda dos trabalhadores", destacou a Fembrapp.

Previdência Outro ponto criticado no projeto de lei tem a ver com a contribuição previdenciária.

O projeto estabelece uma contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) com alíquota de 27,5%, sendo 20% recolhidos pela plataforma e 7,5% pelo trabalhador. A Fembrapp entende que a contribuição deve ser de modo simplificado, como microempreendedores individuais (MEI) ou como contribuintes individuais, o que diminuiria a burocracia e simplificaria a cobrança.

Atualmente, a contribuição mensal paga pelo MEI é de R\$ 70,60, esse valor é o que garante benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, pensão por morte e salário-maternidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o Brasil tinha 778 mil pessoas que exerciam o trabalho principal por meio de aplicativos de transporte de passageiros, representando 52,2%, de um total de 1,5 milhão de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais.

Existem divergências entre os próprios representantes dos trabalhadores, isso porque as organizações que representam os motoristas de aplicativo são diversas e têm diferentes opiniões sobre a própria categoria. O texto foi encaminhado em regime de urgência ao Congresso Nacional. Com isso, a Câmara dos Deputados e o Senado terão 45 dias, cada um, para analisar o projeto. Integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Motoentregadores e Motoristas de Aplicativos defendem um projeto alternativo para regulamentar o trabalho de motoristas de aplicativo.

O presidente do colegiado, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), afirmou que o colegiado não foi convidado a participar das discussões para a elaboração do texto e disse estar preocupado com o curto prazo de discussão da pauta na Casa, devido ao regime de urgência. "Vamos trabalhar para que essa urgência seja retirada. Se não for possível, vamos trabalhar para alterar o máximo possível e melhorar o texto", afirmou.

Para Washington Barbosa, especialista em direito previdenciário e CEO da WB Cursos, apesar do avanço significativo no reconhecimento de direitos para a categoria, a proposta tem alguns pontos

questionáveis, que renderão embate entre parlamentares.

"Do ponto de vista da segurança previdenciária, a proposta é razoável, mas chamo atenção para a alíquota de 7,5%, que será aplicada sobre 25% do faturamento.

Nós sabemos que o trabalhador autônomo, o contribuinte individual, paga 20% do seu faturamento, e isso deverá ser um ponto de atenção nas discussões do Congresso", disse.

"Do ponto de vista da segurança previdenciária, a proposta é razoável, mas chamo atenção para a alíquota de 7,5%, que será aplicada sobre 25% do faturamento" Washington Barbosa, especialista em direito previdenciário

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Regulamentação paralela é ameaça à reforma tributária

Esta Folha publicou recentemente reportagem da jornalista Adriana Fernandes intitulada " Proposta paralela de regulamentação da **reforma tributária** vai tirar poder dos Fiscos "

Nós já vínhamos entendendo a aprovação da Emenda Constitucional 132 como um ponto de partida, não como uma linha de chegada, porque sabíamos que as discussões de sua regulamentação seriam alvo de debate ainda mais intenso, já que dele participam também os que se eximiram das discussões da PEC 45 por duvidarem de sua aprovação.

A informação de que há uma proposta paralela sendo gestada exige de nós uma postura ainda mais vigilante e disposta ao bom debate público.

Segundo a reportagem, a ideia de uma regulamentação paralela partiu de um grupo de parlamentares do qual participam deputados de oposição que votaram contra a PEC e que estão insatisfeitos com a falta de representação privada nos grupos de trabalho compostos pelo governo para elaborar os anteprojetos de lei que regulamentarão a Emenda Constitucional.

A escolha do governo é racional, dada a exiguidade do tempo para envio das matérias ao Legislativo - apenas 180 dias, definidos pela PEC . Prazo que, na prática, é ainda menor, até o fim de março, por imposição da agenda política do Congresso.

Ademais, abrir os grupos técnicos para a participação privada exigiria uma definição anterior que, por si, já consumiria todo o prazo: quem representa o contribuinte nas discussões tributárias? As bancas de advogados tributaristas? A Confederação Nacional da Indústria? O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra?

Todos eles, sem dúvidas, têm legitimidade para este debate, mas a abertura ampla dos grupos inviabilizaria a consecução de seus objetivos e adiantaria um debate cujo lugar original é o Parlamento.

Os entusiastas da regulamentação paralela estão transformando essa insatisfação em pretexto para enfraquecer as administrações tributárias por meio da retirada de seu poder de baixar normas. Aqui entramos em um relevante debate de mérito.

O poder normativo do Fisco é de interesse do próprio contribuinte. A realidade é dinâmica e complexa, portanto as leis não conseguem esgotar todas as hipóteses de transações comerciais.

Assim, é necessário que os Fiscos normatizem e interpretem a legislação, deixando claro ao contribuinte como ele deve proceder. Não fosse esse poder normativo, as leis tributárias seriam fonte de inesgotável litigiosidade -ainda mais do que registrado hoje, com o contencioso tributário atingindo absurdos 75% do **PIB**.

É fundamental olharmos para a realidade sob o novo prisma imposto pela Emenda Constitucional 132. Como ela estabelece uma legislação mais simples, eficaz e geral, os Fiscos não mais precisarão viver de administrar exceções. Ou seja, a necessidade de exercício do poder normativo será muito menor na nova realidade tributária.

A intenção dos deputados de "enfraquecer" o Fisco, como diz a reportagem, não traz benefícios sob nenhuma análise orientada por critérios republicanos. O que decorreria de uma ação como essa seria a queda da arrecadação tributária e a consequente inviabilização de políticas públicas.

A **reforma tributária** instituída pela EC 132 é complexa -uma mudança de práticas e paradigmas. A própria emenda o admite ao instituir o prazo de vigência apenas a partir de 2027.

Sua operacionalização dependerá do desenvolvimento de novos sistemas e da criação de novas estruturas e arranjos, orientados pela atuação integrativa e colaborativa dos Fiscos. Todo esse minucioso trabalho será feito pelas administrações tributárias. Enfraquecê-las, agora, é enfraquecer a própria reforma, é impedir que seja atendido o grande clamor da sociedade brasileira por um sistema tributário mais justo e eficiente.

Temos absoluta certeza de que a grande maioria dos parlamentares não coaduna com esse projeto paralelo de enfraquecimento do Estado Brasileiro.

LINK PRESENTE: Gostou deste texto? Assinante pode liberar cinco acessos gratuitos de qualquer link

por dia. Basta clicar no F azul abaixo.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/03/regulamentacao-paralela-e-ameaca-a-reforma-tributaria.shtml>

"Governo não leva em conta características do delivery"

» PONTO A PONTO | LUCAS PITTIONI | VICE-PRESIDENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO IFOOD

A proposta de regulamentação dos trabalhadores de aplicativo deixou de fora os entregadores de delivery. A falta de consenso entre o governo e as plataformas é alvo de polêmica. De um lado, o Executivo diz que as empresas se recusaram a negociar e, de outro, as plataformas apontam inconsistências na proposta apresentada. Ao Correio, o vice-presidente de políticas públicas do iFood, Lucas Pittioni, afirmou que, ao contrário do que disse o governo, a companhia aceitou a proposta de regulação e está disposta a negociar.

NEGOCIAÇÕES As plataformas de transporte conseguiram chegar num acordo com as lideranças dos motoristas, muito porque elas estavam organizadas e centralizadas.

Do lado dos entregadores, a gente fez essa proposta do valor mínimo por hora trabalhada, e o governo reagiu dizendo que o valor de cerca de R\$ 12 por hora trabalhada não funcionaria e não seria bem recebida. O governo, então, afirmou que se chegassemos no valor de R\$ 17 por hora trabalhada, a gente teria um acordo. Nós concordamos com o valor, essa fala de que a gente se recusou a negociar não é correta, a gente sensibilizou a nossa proposta e subiu o piso a pedido do Ministério. Acontece que a bancada dos trabalhadores no setor de entrega, diferentemente da bancada dos trabalhadores no setor de transportes, é muito mais complexa. Tem diferentes lideranças, uma parte dos entregadores é representada por sindicatos, outra parte por associações, outra parte por lideranças independentes, e o governo na hora de defender essa proposta de R\$ 17 para essa bancada, não conseguiu chegar a um consenso nessas diferentes lideranças.

PREVIDÊNCIA A previdência foi o principal entrave nas negociações que o iFood teve com o Ministério do Trabalho ao longo do ano passado. Enquanto, no lado trabalhista, o governo optou a criar algo novo porque reconheceu as características próprias desse novo modelo de trabalho, na previdência está sendo usado o regime geral para incluir esse trabalhador.

Acontece que essa fórmula não funciona para o entregador de delivery, que tem menos horas trabalhadas. Cerca de 90% dos entregadores que trabalham com iFood têm menos de 90 horas

trabalhadas por mês. Esse entregador, por ter o número de horas trabalhadas mais baixo, tem um rendimento proporcional a essas horas, o que é insuficiente para que ele, entregador, atinja o piso de contribuição do regime geral.

PARTICULARIDADES O número de horas trabalhadas pelos entregadores é mais baixo porque temos uma característica muito própria no delivery, que é a sazonalidade da operação, muito concentrado com uma prevalência no jantar durante a semana e nos fins de semana. Os entregadores trabalham com a plataforma em intervalos de tempo muito pré-determinados.

O delivery ainda é, no Brasil, um hábito de indulgência. Não adianta o entregador ficar mais horas on-line na plataforma porque ele não vai receber mais pedidos por conta disso. As nossas pesquisas também indicam um caráter muito forte de complementação de renda desse trabalhador.

BAIXA SEGURIDADE SOCIAL O regime geral diz que não basta o Arquivo pessoal Aplicativos defendem um projeto alternativo para regulamentar o trabalho de motoristas de aplicativo.

O presidente do colegiado, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), afirmou que o colegiado não foi convidado a participar das discussões para a elaboração do texto e disse estar preocupado com o curto prazo de discussão da pauta na Casa, devido ao regime de urgência. "Vamos trabalhar para que essa urgência seja retirada. Se não for possível, vamos trabalhar para alterar o máximo possível e melhorar o texto", afirmou.

Para Washington Barbosa, especialista em direito previdenciário e CEO da WB Cursos, apesar do avanço significativo no reconhecimento de direitos para a categoria, a proposta tem alguns pontos questionáveis, que renderão embate entre parlamentares.

"Do ponto de vista da segurança previdenciária, a proposta é razoável, mas chamo atenção para a alíquota de 7,5%, que será aplicada sobre 25% do faturamento.

Nós sabemos que o trabalhador autônomo, o

contribuinte individual, paga 20% do seu faturamento, e isso deverá ser um ponto de atenção nas discussões do Congresso", disse.

Do ponto de vista da segurança previdenciária, a proposta é razoável, mas chamo atenção para a alíquota de 7,5%, que será aplicada sobre 25% do faturamento" Washington Barbosa, especialista em direito previdenciário trabalhador contribuir, ele precisa contribuir acima de um determinado valor para ser incluído. Esse valor é o resultado da multiplicação da alíquota do trabalhador pelo salário mínimo mensal.

O que a gente tem apontado para o governo é que a gente tem um trabalhador aqui com menos horas trabalhadas, ou a gente flexibiliza esse piso e cria regras diferentes ou a gente não vai incluir. E se a gente não fizer nenhuma flexibilização aqui, os dados do iFood mostram que no máximo 7% dos entregadores teriam acesso à **seguridade social**. Os outros 93% teriam de desembolsar valores para alcançar o mínimo de R\$ 105 exigido como piso do recolhimento mensal para ter cobertura.

CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL Diferentemente do setor de transportes, no setor de delivery nem todas as entregas são realizadas por entregadores conectados na plataforma, existem entregadores que trabalham diretamente com os restaurantes. Se o governo criar essa regulação sem fazer esses ajustes, ele vai empurrar esse entregador para outro mercado, sem resolver o problema.

O que a gente defendeu foi tentar transformar a contribuição da plataforma em um complemento na contribuição do trabalhador para atingir o piso da previdência, ou passar a exigir um piso de contribuição proporcional às horas trabalhadas. É essa a mensagem que queremos passar, e nós estamos dispostos a negociar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Regulamentação de motoristas de app não satisfaz condutores e nem os usuários

JANE FERNANDES

O tom otimista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao apresentar o Projeto de Lei para regulamentação dos motoristas de aplicativo não tem sido compartilhado pela categoria nem pelos usuários do serviço. Embora a maioria ainda tenha dúvidas sobre a proposta, a expectativa de aumento no preço das corridas - com impacto negativo no volume da clientela - é quase unanimidade entre os condutores e passageiros entrevistados por A TARDE na última semana.

Após quatro anos como motorista de aplicativo, Edvane Pinheiro Viana, 58 anos, pretende abandonar as plataformas caso o Projeto de Lei (PL) seja aprovado. Em sua avaliação, as condições atualmente oferecidas são ruins: "insegurança, valores das corridas muito baixos, contra despesas com manutenção, combustível, seguro". No entanto, ela acredita que a tendência é piorar.

"O que vemos é uma proposta que diminui o valor dos ganhos do motorista, além da tributação do nosso serviço, que só privilegia o governo e os donos de aplicativos", declara Edvane, que opera com Uber e Indrive, e entrou no mercado para complementar a renda.

Rodando com aplicativos de transporte há cinco anos, após ficar desempregado, Eric Silva dos Santos, 41, diz não perceber ganhos no PL. "Estou vendo que muitos não conseguiram mais trabalhar devido a já ter os custos altos, e provavelmente ficará mais caro para o passageiro também. Será um trabalho que ficará escasso com o tempo", comenta. Atualmente ele trabalha com Uber, 99 e Indrive.

De acordo com o estabelecido no projeto remetido para o Congresso, a contribuição previdenciária torna-se obrigatória e tem participação tanto das empresas quanto dos motoristas. O condutor cadastrado terá um desconto de 7,5% sobre seu salário de contribuição (um quarto do faturamento mensal) e as plataformas de transporte pagarão o correspondente a 20% da remuneração à **Previdência Social**.

Para o motorista Matheus Phelippe de Melo, a obrigatoriedade dessa contribuição é um dos poucos pontos positivos do PL, desde que seja um "valor

justo, um valor real, que considere a nossa realidade do dia a dia, porque a gente não ganha rios de dinheiro". Prestes a completar três anos rodando com os aplicativos Uber e 99, ele também considera interessante o efeito do PL na criação e reconhecimento de uma categoria de trabalhadores.

Matheus espera que a regulamentação abra espaço para a concessão de benefícios e lembra como ficaram de fora dos programas de auxílio durante a pandemia, ressaltando que taxistas e caminhoneiros foram contemplados. "Em relação ao pagamento dos **impostos** do carro, o IPVA, por exemplo, a gente não tem nenhum benefício e até o momento o projeto não falou nisso", comenta.

Dúvidas

As dúvidas sobre o real significado dessa regulamentação são as principais motivadoras das preocupações dos passageiros. É o caso do corretor de seguros Nilson Ferreira, 54 anos, ao questionar o reconhecimento de vínculo trabalhista entre os motoristas e as plataformas. Em sua avaliação, a criação desta relação desestimularia a operação das empresas e também tiraria oportunidades desses trabalhadores.

No entanto, o temor de Nilson não tem suporte no previsto no PL, que reafirma o caráter autônomo dos motoristas de aplicativo. "Vocês acabaram de criar uma nova modalidade no mundo de trabalho. Foi parida uma criança no mundo trabalho. As pessoas querem autonomia, vão ter autonomia, mas precisam de um mínimo de garantia", reforçou o presidente Lula após a assinatura do projeto.

Segundo o divulgado pelo governo federal, o PL é resultado de um grupo de trabalho, criado em maio de 2023, com a participação de representantes do governo, trabalhadores e empresas. Em nota, o Sindicato dos Condutores Autônomos Cadastrados em Aplicativos da Bahia se opôs ao projeto, entre as mudanças que desejam está o pagamento pela combinação de quilometragem rodada e tempo gasto, em lugar da hora trabalhada tomada por base no texto enviado ao Congresso.

A assistente social Mariana Silva, 32 anos, tem achado o serviço oferecido pelas plataformas cada dia

pior e teme que os preços aumentem se o PL for aprovado. "Já está bem difícil agora, a gente pede um carro e cancelam várias vezes", reclama, acrescentando que mesmo com os problemas, se deixar de ter será pior.

Enquanto usuários parecem preocupados com a reação das plataformas, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) afirma que o PL "confere segurança jurídica para as empresas investirem no Brasil e agrega benefícios para os trabalhadores, como inclusão no sistema previdenciário". As empresas Uber e 99 integram a entidade.

Entre os motoristas, uma dúvida comum é quanto à fixação de uma remuneração horária, calculada com base no salário mínimovigente no país. Circula entre os trabalhadores, a informação de que R\$ 32,09 seria um valor limite para cada hora rodada, mas o presidente da Associação Baiana de Advogados Trabalhistas (Abat), Rodrigo Olivieri, esclarece que o Projeto não estabelece qualquer restrição à remuneração máxima para a categoria.

Apenas um quarto da remuneração mínima por hora é computado como salário efetivo e servirá de base para o cálculo da contribuição previdenciária: R\$ 8,02. Os outros R\$ 24,07 são destinados à cobertura dos custos operacionais, como combustível, manutenção do veículo, seguro, uso do celular e outros.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_19AF57A0B6D9BB644D90E47CB24FAD570EB74B71205B763B49D9B5ED5AB8B0BF2D3E83D459426C3665AE4BCB9BD1DA539A49D709637FA80172AB15936B3BB0801F3288C072122DA87FB27AB55E939A001A72F9198FD28F40A2B03E7E4A1A0B9CD0D93F8325DBF5A7CF7717D8F1E80A13FA5CA38F7D3C44A51FF32

Regulação de trabalho por aplicativo gera atrito (MUDANÇAS)

Rafaela Gonçalves

+

A proposta do governo federal para regular o trabalho de motoristas que atuam por meio de plataformas digitais foi recebida com uma série de críticas por grupos que representam a classe. Apesar do texto ter sido fruto de um ano de discussões do Grupo de Trabalho Tripartite, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com representantes da categoria, das empresas e do Executivo, o projeto enfrenta uma série de resistências.

Pela proposta do governo, não haverá vínculo trabalhista entre motoristas e aplicativos, como é previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mas o projeto prevê o pagamento de um salário mínimo de R\$ 32,9 por hora trabalhada, sendo R\$ 8,2 relativos ao trabalho em si e R\$ 24,7 referentes aos custos do motorista, como uso do celular, combustível, manutenção do veículo, seguro, impostos, etc. Ele também estabelece uma jornada de oito horas diárias, que pode chegar a 12 horas, se houver acordo coletivo.

Divergência

Pelo menos três pontos da regulamentação causaram incômodo entre os trabalhadores: a jornada de trabalho, o piso pago por hora e a previdência social. Em nota, a Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) alegou que o modelo sugerido pelo governo pode incentivar a jornada excessiva .

O argumento é de que os profissionais que atuam em apps de transporte podem trabalhar por 12 horas em cada companhia, de acordo com as regras atuais. No entanto, uma limitação da carga reduziria a margem para aqueles que precisam trabalhar mais.

Uma das principais propostas contempladas pela regulação é a atribuição de um piso mínimo. Para receber o piso nacional, o trabalhador deve realizar uma jornada de oito horas diárias efetivamente trabalhadas. A categoria se preocupa com uma possível necessidade de acordo coletivo para que se cumpra mais do que as horas definidas.

A federação defende que a remuneração deveria continuar sendo por quilômetro rodado. O pagamento por hora não leva em conta as variações de demanda,

não existe ganho real em pagamentos por hora em corridas, os ganhos precisam levar em conta o quilômetro rodado e tempo, trânsito, distância e tempo de espera, que são fatores que influenciam diretamente na renda dos trabalhadores , destacou a Fembrapp.

Previdência

Outro ponto criticado no projeto de lei tem a ver com a contribuição previdenciária. O projeto estabelece uma contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com alíquota de 27,5%, sendo 20% recolhidos pela plataforma e 7,5% pelo trabalhador. A Fembrapp entende que a contribuição deve ser de modo simplificado, como microempreendedores individuais (MEI) ou como contribuintes individuais, o que diminuiria a burocracia e simplificaria a cobrança.

Atualmente, a contribuição mensal paga pelo MEI é de R\$ 70,60, esse valor é o que garante benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, pensão por morte e salário-maternidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o Brasil tinha 778 mil pessoas que exerciam o trabalho principal por meio de aplicativos de transporte de passageiros, representando 52,2%, de um total de 1,5 milhão de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais.

Existem divergências entre os próprios representantes dos trabalhadores, isso porque as organizações que representam os motoristas de aplicativo são diversas e têm diferentes opiniões sobre a própria categoria. O texto foi encaminhado em regime de urgência ao Congresso Nacional. Com isso, a Câmara dos Deputados e o Senado terão 45 dias, cada um, para analisar o projeto. Integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Motoentregadores e Motoristas de Aplicativos defendem um projeto alternativo para regulamentar o trabalho de motoristas de aplicativo.

O presidente do colegiado, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), afirmou que o colegiado não foi convidado a participar das discussões para a elaboração do texto e disse estar preocupado com o curto prazo de discussão da pauta na Casa, devido ao regime de urgência. Vamos trabalhar para que essa urgência seja retirada. Se não for possível, vamos trabalhar

para alterar o máximo possível e melhorar o texto , afirmou.

Para Washington Barbosa, especialista em direito previdenciário e CEO da WB Cursos, apesar do avanço significativo no reconhecimento de direitos para a categoria, a proposta tem alguns pontos questionáveis, que renderão embate entre parlamentares.

Do ponto de vista da segurança previdenciária, a proposta é razoável, mas chamo atenção para a alíquota de 7,5%, que será aplicada sobre 25% do faturamento. Nós sabemos que o trabalhador autônomo, o contribuinte individual, paga 20% do seu faturamento, e isso deverá ser um ponto de atenção nas discussões do Congresso , disse.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/03/6816432-regulacao-de-trabalho-por-aplicativo-gera-atrito.html>

Pente-fino não resolve desequilíbrio estrutural do INSS (Editorial)

Com o maior orçamento da República, a conta do **INSS** não tardará a superar o trilhão de reais. Ao mesmo tempo que o crescimento nas despesas com aposentadorias e pensões preocupa, o volume dos gastos traz oportunidade de economias bilionárias. Por isso, enquanto os ministérios do Planejamento e da Fazenda trabalham para cumprir a meta de zerar o déficit fiscal, o **INSS** prepara medidas para economizar pelo menos R\$10 bilhões ainda neste exercício.

A cifra deve ser posta em contraste com o tamanho dos gastos, previstos em R\$ 908 bilhões no Orçamento - projeção subestimada, segundo Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Os benefícios da Previdência aumentaram muito em 2023 e seguem nessa crescente", diz ela. Apesar disso, há margem para os ajustes de pelo menos R\$ 10 bilhões passando um pente-fino em irregularidades, afirmou ao GLOBO o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto. Estão na mira o auxílio-doença, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Seguro Defeso, que garante remuneração a pescadores artesanais no período em que a pesca é proibida.

A auditoria começará pelo auxílio-doença. Depois da primeira avaliação, aqueles beneficiários com indícios de irregularidades serão convocados a dar explicações. Stefanutto diz que o pente-fino será "cirúrgico", para que não haja corrida às agências do **INSS**. Já houve tentativa similar no passado, e a imagem da Previdência saiu arranhada por obrigar quem recebia regularmente a comprovar direitos. Quanto ao Seguro Defeso, a Previdência pretende usar bancos de dados de estados e prefeituras na checagem dos benefícios.

O BPC traz enorme oportunidade de economias. Ele garante um salário mínimo a idosos de baixa renda ou a deficientes, mesmo que não tenham contribuído para a Previdência. É uma despesa de assistência social. Segundo a IFI, seu custo para os cofres públicos em 2023 foi de R\$ 92,7 bilhões, ou 0,9% do **PIB**, percentual que tem crescido nos últimos anos. Benefícios de assistência social mereceram cuidado especial do Legislativo e, se fossem seguidos um decreto de 2007 e uma lei de 1993, seriam avaliados a cada dois anos, independentemente da situação fiscal. Mas a oportunidade oferecida pelo pente-fino não deve ser desperdiçada.

A pressão sobre os sistemas de seguridade deriva da demografia. No Brasil, com a população envelhecendo, o contingente de aposentados tem crescido em velocidade superior ao ingresso no mercado de trabalho dos jovens, necessários para financiar aposentadorias e pensões por meio das contribuições previdenciárias. Apenas no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), dos trabalhadores da iniciativa privada, o déficit, entre 2013 e 2022, cresceu a uma média anual de 6,3%, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Por isso, do ponto de vista das contas públicas, a preocupação com o **INSS** precisa ir além dos desvios e irregularidades em benefícios. O país levou duas décadas para fazer a reforma previdenciária de 2019. Mas ainda gastamos com Previdência 12% do **PIB**, ante média de 8% da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne países mais velhos e mais ricos. É preciso desde já pensar numa nova reforma capaz de adequar os gastos previdenciários às possibilidades da sociedade.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pente-fino - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

O pente-fino que o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) quer realizar nos benefícios concedidos pelo Instituto deveria ser substituído por ações efetivas e corretas no ato da concessão, evitando-se as fraudes e as facilidades que ocorrem e que causam um grande prejuízo financeiro à **Previdência Social**. Esta é a opinião dos aposentados e pensionistas, sugerindo que recursos humanos qualificados e preparados sejam disponibilizados e equipamentos tecnológicos atuais igualmente sejam utilizados na prestação dos serviços oferecidos aos segurados.

Se hoje ainda acontecem concessões irregulares, urge providências para corrigir o malfeito.

PENALIZAÇÃO

Aposentados e pensionistas pertencentes ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do **INSS** estão sendo penalizados, registre-se, injustamente, desde setembro de 1991, quando no governo Fernando Collor de Mello procedeu-se a desvinculação do reajuste nos proventos das aposentadorias e pensões do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo.

As perdas desde então vêm causando prejuízo, desconforto e afetando de modo perverso a qualidade de vida de milhões de brasileiras e brasileiros.

É um malfeito que precisa, urgentemente, ser corrigido. Recursos financeiros existem e estão contabilizados na nossa conta **Seguridade Social**.

DEMORA

O Projeto de Lei nº58/2003, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, já foi aprovado no Senado Federal em 2008 e 2009 na Comissão da **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados. Registre-se: por unanimidade. Na Câmara dos Deputados recebeu o nº4434/2008 e está para ser apreciado em plenário há 16 (dezesseis) anos. Não sabemos e não encontramos justificativa para tanta demora na apreciação, votação e aprovação do Projeto de Lei que corrige uma maldade e injustiça contra aposentados e pensionistas que vem acontecendo há mais de três décadas, precisamente, 33 (trinta e três) anos.

SENSIBILIDADE

É preciso que os deputados federais tenham a sensibilidade de resolver e solucionar essa pendência, pois, contínuo o PL- 4434/2008 sem aprovação, aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, continuarão sofrendo as consequências injustas de um ato praticado em setembro de 1991 e que afronta cidadãos e cidadãos brasileiros, repetimos quantas vezes forem necessárias, cumpridores de seus deveres e obrigações para com o Estado. Não reivindicam favor e sim direito consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando em seu artigo 201, parágrafo 4º, assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real.

ELEIÇÃO

É oportuno ressaltar que o atual contingente de aposentados e pensionistas, com os seus votos, podem resolver, influenciar no resultado de uma eleição.

Por esse motivo, insistimos na solução positiva para o Projeto de Lei nº4434/2008. A sua aprovação é imperativa e proporcionará com certeza absoluta a milhões de beneficiários(as) do **INSS**, a satisfação e a alegria de ver corrigida uma impropriedade praticada e que pode impedir, em definitivo, a que todos os aposentados e pensionistas participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do **INSS**, recebam o correspondente ao valor de um salário mínimo.

LIVRO

O professor e economista Rosivaldo Batista recentemente lançou em Porto Alegre- RS o livro de sua autoria "Agronegócio e Comercialização Agrícola", com sucesso absoluto. Eis o motivo para registrar nesta coluna o grande e destacado feito de um alenquerense que orgulha o seu Município Alenquer. Os seus conterrâneos ximangos o parabenizam por essa significativa conquista, almejando que o transmitido em seu livro sirva de orientação preciosa aos que dele tomarem conhecimento e acolherem as suas recomendações.

FELIZ

"Feliz de quem atravessa a vida inteira tendo mil

razões para viver" (Dom Hélder Câmara).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-156ccd191c1d8222f5b8c23fdb6ed37.pdf

Tenax faz acordo com HMC para avançar em fundos de pensão

Liane Thedim Do Rio

A Tenax Capital, gestora independente fundada em 2022, com cerca de R\$ 1,3 bilhão sob gestão e integrante do programa Rising Stars, do Itaú, planeja ampliar sua presença entre investidores institucionais, com foco especial em Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS, de **servidores públicos**), seguradoras e fundos de pensão. A gestora firmou uma parceria com a HMC Capital, que passará a gerenciar a distribuição dos fundos da Tenax a esse público. A HMC Capital é uma empresa global de investimentos alternativos com US\$ 15 bilhões em ativos distribuídos e sob gestão.

"É um investidor de longo prazo que qualquer gestora quer ter entre seus clientes", diz Alexandre Silverio, sócio-fundador e CEO da Tenax. Hoje, os institucionais correspondem a 15% do total sob gestão da asset, e a ideia é que passem à fatia de 30% em até dois anos. Os fundos de pensão têm hoje reservas de R\$ 1,3 trilhão e os RPPS, de R\$ 300 bilhões, grande parte na mão de bancos.

"É um ano de agenda de risco, saindo do básico da renda fixa para buscar rendimento de forma a atingir metas atuariais, que precisam mais do que renda fixa para serem atingidas", diz Vinícius Lima, chefe de vendas para institucionais da HMC Capital. "De dez anos para cá, alocação estrutural estava nos maiores bancos e, à medida que as butiques começaram a se desenvolver, despertaram o interesse dessas instituições." Silverio lembra que a Tenax completou agora em fevereiro dois anos de histórico em seus fundos, o que permite a entrada nesse segmento de investidores. "Ao longo do tempo fomos expandindo para canais de varejo, tanto no Itaú quanto em outras, estamos em mais de 15 plataformas, atingimos fundos de fundos de outros bancos, multifamily offices. Os institucionais sempre foram um dos nossos focos." A parcela atual de fundos de pensão e RPPS entre os clientes, explica ele, teve origem em clientes de fundos exclusivos, que acabaram levando também mandatos para a gestora. A Tenax recentemente lançou fundos de previdência que replicam estratégias atuais e acaba de criar sua divisão voltada ao crédito privado, com o fundo Tenax RFA Incentivado, que também vai alocar em títulos públicos e derivativos de juros, no Brasil e no exterior.

Já a HMC Capital foi fundada no Chile e hoje atua em sete países. No Brasil, a empresa tem acordo com Legacy Capital, Vinland Capital e Turim e, no exterior, com Oaktree, Bridgewater e MAN, entre outras. Segundo ressalta Guilherme Sousa, sócio e chefe de estratégia da empresa, o número de parcerias é limitado, porque as gestoras têm perfil complementar entre si. "O ciclo de queda de juros está abrindo as agendas dessas instituições para novas decisões de parceria com as gestoras. E é um relacionamento que vai durar de cinco a dez anos", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187811>

Cadastro atualizado pode acelerar benefícios do INSS

CAIO PRATES

O tempo médio de concessão dos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) é de 50 dias, segundo o Boletim Estatístico da **Previdência Social** de dezembro.

E a fila de pedidos em análise pela autarquia está em 1,5 milhão. No último semestre do ano passado, o Governo Federal lançou um programa de redução da fila de cidadãos à espera de benefícios da Previdência, com a adoção de bônus para servidores que analisarem processos além do horário de trabalho, por exemplo. No entanto, pouco se avançou. Antes de o projeto ser lançado, em julho, quase 1,8 milhão de pessoas aguardavam atendimento previdenciário e 600 mil dependiam da perícia médica. Já em agosto, o registro era de 1,69 milhão de benefícios represados.

Para evitar demora na hora de pedir aposentadoria ou outros benefícios, o trabalhador deve manter atualizados os dados do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), documento que informa todos os vínculos, remunerações e contribuições previdenciárias.

"O trabalhador pode solicitar o acerto do CNIS ligando para a Central do **INSS** no telefone 135 ou procurando uma agência do **INSS** diretamente", explica o advogado Gustavo Bertolini, do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

"Feito o pedido de acerto pela central, o servidor abrirá uma tarefa que poderá ser acompanhada pelo aplicativo do **INSS** chamado "Meu **INSS**". Além disso, caso o **INSS** necessite, ele abrirá uma exigência nessa tarefa solicitando mais documentos.

Esses documentos poderão ser juntados pelo sistema ou diretamente na agência", acrescenta Bertolini.

Os segurados do **INSS** também devem acompanhar se a empresa realmente está efetuando os recolhimentos para o **INSS**. "A consulta pode ser feita pelo aplicativo "Meu **INSS**", através do download do documento CNIS. Nele constará todas as contribuições do segurado efetuadas mensalmente pelos empregadores ou pelo próprio segurado em caso de recolhimento facultativo ou contribuinte individual", afirma.

Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, destaca que, apesar das medidas do governo ainda não surtirem efeito, as falhas nas informações prestadas pelo segurado ao **INSS** afetam o andamento de processos de aposentadorias. "Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao **INSS** são na documentação.

Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS, como divergências nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requerer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável", pontua.

O especialista adverte que quando há pendências na documentação, o **INSS** simplesmente tem negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso, o que faz com que o pedido volte para a fila de espera, demorando mais tempo para ser analisado. "Existem casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para resolver, sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização das pendências antes do requerimento do benefício".

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_9B10F2E9E0D6A649341E47DAD9CEFE1A0E6E0B8299DC45505C2BE9EDE67B0B831A27EAE299D6B3F5BC33088A29E42D98FCDC79B1C2C281D8CBAEC495C06E7583BF2F65FA5A542983448EAC188EC4B8FC6EC3EDFB5FEEB6BD3A10FE6B161BF560DD2C260C595FE3A0F90A856942C316494F0D71F068F403463973EFD399C3F

Começa a valer novo limite de 1,72% para juros do consignado do INSS

Conta em Dia

/
Do R7

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Conta em Dia | Do R7

O novo teto da taxa de juros de 1,72% ao mês para empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a valer nesta segunda-feira (11). A medida foi aprovada pelo CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) no último dia 28 de fevereiro.

O limite para o empréstimo com desconto em folha caiu de 1,76% para 1,72% ao mês, uma queda de 0,04 ponto percentual. Para o cartão de crédito consignado a redução foi de 2,61% para 2,55% ao mês.

O consignado é oferecido a quem tem aposentadoria ou pensão creditada em conta-corrente. Pelo fato de o valor ser descontado diretamente na folha de pagamento, trata-se de uma opção de empréstimo fácil e com juro baixo.

É o sexto recuo desde março de 2023, quando foi estabelecida uma mudança do limite para o empréstimo com desconto em folha, de 2,14% para 1,97% ao mês, em um acordo entre o governo federal e os bancos.

Segundo o Ministério da **Previdência Social**, a partir de agora os bancos e instituições financeiras ficam proibidos de ofertar empréstimos e cartões consignados com taxas superiores aos novos tetos.

Pelas regras atuais, o segurado do **INSS** pode comprometer até 45% do benefício com o empréstimo. Desse total, 35% são para empréstimo pessoal, 5% para cartão de crédito e 5% para cartão de benefício.

O empréstimo pode ser pago em até 84 meses (sete anos) e os juros são limitados, o que significa que a instituição financeira pode cobrar menos, mas não mais do que essa taxa. Ao contratar um crédito consignado, é fundamental adotar alguns cuidados para não cair em armadilhas. Como o pagamento sai direto do pagamento ou o benefício, errar nessa hora pode causar problemas.

Aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios pagos pelo **INSS**, até mesmo o BPC (Benefício de Prestação Continuada), devem conferir a taxa cobrada por instituições financeiras antes de pegar o empréstimo.

Para conferir as taxas e escolher a que melhor cabe no orçamento basta acessar Meu **INSS** sem precisar de login e senha. Confira abaixo:

Na página inicial, onde há uma lupa, escreva "Taxas de Empréstimo Consignado"

Será aberta uma página com a lista de bancos e os juros praticados em cada um deles

Para ver mais bancos, basta rolar a página até embaixo e clicar em "Ver mais"

Também é possível buscar pela instituição que o segurado quer pesquisar no alto da página, em "Pesquise por instituição"

Fonte: **INSS**

9) Caso não fique satisfeito com a resposta, pode recorrer à Ouvidoria ou registrar a reclamação na plataforma consumidor.gov.br . Outra opção é o site procon.sp.gov.br . Reclamações também podem ser feitas pelos sites falabr.cgu.gov.br ou gov.br .

Fonte: Febraban

Marcello Casal/Agência Brasil

Quatro em cada dez aposentados e pensionistas têm crédito consignado . De um total de 39 milhões de segurados, 15.290.753 já fizeram empréstimo na modalidade, que tem juros mais baixos. Mas todo cuidado é pouco na hora de contratar o crédito. Os

aposentados e pensionistas devem desconfiar de promessas de vantagens exageradas. O alerta é da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

Reprodução/Instagram-@inss_oficial_gov

'Ofertas tentadoras de juros reduzidos podem esconder golpes como o do falso empréstimo, em que o fraudador se passa por um funcionário de instituições financeiras e pede antecipação de alguma parcela para que possa liberar o dinheiro ou realiza transações fraudulentas em nome em nome da vítima', afirma a federação. Veja nas fotos a seguir os principais cuidados ao adquirir um empréstimo consignado

Edu Garcia/04.09.2023

1) Os bancos nunca ligam para o cliente para pedir senha, número do cartão nem outras informações sigilosas

Marcello Casal Jr/Agência Brasil-29/07/2022

2) Não existe nenhum empréstimo em que a pessoa precise fazer algum tipo de pagamento antecipado, seja de **impostos** como o IOF, sejam taxas falsas de cadastro ou antecipação de parcela

Reprodução/Instagram-@inss_oficial_gov

3) Caso receba uma proposta aparentemente vantajosa e atrativa, o consumidor deve desligar a ligação, pegar o número de telefone que está no cartão do banco e ligar de outro aparelho para tirar dúvidas e entender melhor a história. Deve, ainda, pedir que lhe enviem a proposta por escrito, para ver se ela confere com as promessas verbais

ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA/ESTADÃO
CONTEÚDO-23/05/2023

4) Na portabilidade de crédito, a liquidação da operação em aberto ocorre entre as instituições financeiras, sem nenhum desembolso por parte do consumidor

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

5) Ao receber o pedido de portabilidade, a instituição financeira originadora (detentora do contrato original) pode procurar o consumidor para confirmar se o pedido realmente partiu dele. Pode, até, oferecer condições mais vantajosas para que o consumidor mantenha seu contrato, mas é obrigada a acatar a sua vontade

Marcello Casal jr/Agência Brasil

6) Se desconfiar da oferta, o consumidor pode sempre procurar os canais da instituição financeira para confirmar se quem fez a oferta presta serviço ao banco

WILLIAN MOREIRA/FUTURA PRESS/ESTADÃO
CONTEÚDO-25/01/2022

7) Em caso de devolução de crédito consignado por arrependimento ou contratação não solicitada, é importante que o consumidor procure os canais de relacionamento do banco e nunca faça depósitos em contas de terceiros

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

8) Ao desconfiar de irregularidades, o consumidor deve contatar o SAC do banco e registrar a sua reclamação

Marcello Casal/Agência Brasil-29/04/2022

9) Caso não fique satisfeito com a resposta, pode recorrer à Ouvidoria ou registrar a reclamação na plataforma consumidor.gov.br . Outra opção é o site procon.sp.gov.br . Reclamações também podem ser feitas pelos sites falabr.cgu.gov.br ou gov.br .

Fonte: Febraban

Marcello Casal/Agência Brasil

Quatro em cada dez aposentados e pensionistas têm crédito consignado . De um total de 39 milhões de segurados, 15.290.753 já fizeram empréstimo na modalidade, que tem juros mais baixos. Mas todo cuidado é pouco na hora de contratar o crédito. Os aposentados e pensionistas devem desconfiar de promessas de vantagens exageradas. O alerta é da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

Reprodução/Instagram-@inss_oficial_gov

Carregando...

Prisma

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/comeca-a-valer-o-novo-limite-para-os-juros-do-consignadodo-inss-11032024>

Consignado do INSS: 2 em cada 10 contratos têm juros acima do limite (Previdência)

Dois em cada dez contratos de crédito consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) fechados entre o final de 2022 e o início de 2023 tinham juros acima do limite estabelecido pelo CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**), mostra Relatório da CGU (Controladoria-Geral da União).

Segundo o documento, de um total de 3,1 milhões de contratos ativos fechados entre 13 de dezembro de 2022 e 20 de junho de 2023, 623,8 mil (20,1%) tinham taxa de juros maior do que o permitido.

O consignado é um crédito com desconto direto no benefício de aposentados e pensionistas. Os juros são controlados pelo CNPS. Bancos e financeiras que operam a modalidade podem cobrar mais, não menos.

A taxa atual de juros é de 1,72% ao mês.

Em maio de 2023, havia 14,2 milhões de benefícios com contratos ativos, somando R\$ 7,085 bilhões em crédito consignado, o que representa 83% do total das consignações na folha de pagamento dos benefícios administrados pelo instituto.

Os resultados do relatório apontam falhas nos controles internos do **INSS**, relacionadas a informações registradas no e-Consignado, inexistência de acompanhamento da qualidade do serviço prestado, falta de divulgação de informações mínimas e ausência de regras que possam medir custos operacionais.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Procurado, o **INSS** informou que ainda não teve acesso ao relatório com os detalhes, mas afirma que a base de dados usada no estudo retrata um cenário defasado em relação ao produto atual.

Desde outubro de 2023, o instituto disponibiliza no aplicativo ou site Meu **INSS** informações sobre os juros oferecidos por bancos e financeiras.

"O sistema passou por alterações que incluem a discriminação detalhada das informações utilizadas no cálculo de taxas praticadas em suas operações;

aumento nas medidas de segurança dos contratos entre beneficiário e bancos em formato digital -como assinatura qualificada ou avançada e biometria facial- e disponibilização no "Meu **INSS**" das informações detalhadas das operações de empréstimo consignado, inclusive as taxas praticadas nos contratos", diz nota.

Na amostra analisada, também foram encontrados 240 benefícios com descontos referentes a empréstimo sem registro de crédito contratado na Dataprev. O **INSS** afirma que a falha ocorreu devido problemas de processamento das informações.

Antes de escolher em qual banco irá realizar o empréstimo consignado, é importante buscar informações sobre taxa de juros e prazos para pagamento.

Tonia Galetti, advogada e representante do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), afirma que o aplicativo Meu **INSS** agrega informações úteis para o segurado que pretende contratar este tipo de crédito.

"Pelo aplicativo é possível ver a média de juros e juros máximos aplicados por cada banco que podem fazer crédito consignado, sendo um bom norteador para saber quem contratar pagando menos."

Antes de tomar qualquer crédito, é necessário fazer um diagnóstico financeiro, descobrindo para onde vai cada centavo do dinheiro durante o mês e registrando as dívidas, caso existam.

É preciso ter consciência que o custo de vida será reduzido em até 40% do ganho mensal devido à prestação do consignado, descontada diretamente em do salário ou benefício de aposentadoria .

Apesar da comodidade trazida pela tecnologia, ir em uma agência bancária pode ser a melhor maneira de tirar as dúvidas de pessoas que podem ter dificuldades em achar as informações relevantes.

Galetti afirma que a falta de familiaridade com o mundo digital pode causar ruído na hora da contratação de empréstimo de longo prazo como esse.

"É uma forma de garantir que o pensionista não seja lesado, aderindo a contratos que ele não compreende

ou pagando valores que não poderia arcar, porque na hora não ficou muito claro. Todos nós ficamos com dúvidas quando se trata de assuntos mais complexos, sobretudo quem não acompanha área de economia."

O empréstimo consignado é muito usado para cobrir cheque especial, cartão de crédito e outras contas. Contudo, a troca de uma dívidas por outra, sem descobrir a causa do verdadeiro problema, apenas alimentará o ciclo do endividamento.

Em caso de dúvida, problemas na contratação do crédito consignado ou suspeita de descontos indevidos, procure o **INSS** e o banco responsável. Segundo Galetti, é importante fazer o questionamento para pedir a suspensão do contrato antes de partir para medidas mais drásticas, como buscar a Justiça.

"É necessário requerer informações dos envolvidos na concessão dos empréstimos, para solicitar reembolso dos valores e cancelamento do contrato, antes de procurar o Judiciário", diz ela.

Os juros, mesmo com taxas baixas, podem criar grandes dívidas com o passar do tempo. A cada ano esses valores representam uma grande parcela do total emprestado; é preciso negociar. Caso encontre taxas menores, a portabilidade do crédito é uma boa opção.

Tem sido comum o empréstimo feito por parte de aposentados para filhos, netos, genros, parentes e amigos, mas este procedimento é prejudicial e não deve ser feita. Se o terceiro não paga, o endividamento fica com o aposentado.

Com Cristiane Gercina

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/consignado-do-inss-2-em-cada-10-contratos-tem-juros-acima-do-limite.shtml>

Ações paralelas corroem parte do ganho possível com reformas micro

Anais Fernandes De São Paulo

O Brasil avançou, nas últimas décadas, em reformas que têm potencial para aumentar a produtividade e melhorar o ambiente de negócios, mas a potência desses ganhos é constantemente reduzida por decisões paralelas que distorcem e prejudicam a alocação de recursos, apontam economistas e pesquisadores. No governo atual, por exemplo, a agenda de Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, é elogiada, mas o plano da "Nova Indústria Brasil" é criticado.

"O movimento de reformas não é coordenado. Tem sempre alguma coisa na direção contrária. Vemos algumas políticas anulando outras. Acho que isso prejudica bastante", diz Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e autor de um trabalho para o Banco Mundial em que traça um histórico de reformas dos anos 1980 até 2021 e sua relação com a produtividade da economia brasileira.

"Terminamos o ano passado, por exemplo, com a aprovação do novo marco de garantias e a **reforma tributária**, que são coisas positivas, mas iniciamos 2024 com o plano da "Nova Indústria Brasil", que é uma volta ao passado", exemplifica Veloso.

Esse tipo de movimento acontece, segundo Veloso, porque em um mesmo governo há pessoas com orientações diferentes. "A falta de coordenação acaba sendo mim, porque quem vai investir tem de saber qual é a direção. Quando o investidor vê sinais desencontrados, avanços de um lado e retrocessos de outro, a reação natural é paralisar, esperar, tomar cuidado, investir menos. Então, o efeito das reformas acaba sendo sempre menor do que o esperado", afirma.

O Brasil tem, segundo Veloso, muita empresa improdutiva, que não cresce, mas também não sai do mercado. O problema, aponta, é que essas empresas mobilizam recursos que poderiam ser alocados para empresas mais produtivas.

Além disso, mesmo empresas produtivas têm dificuldade para crescer, segundo Veloso. Ele cita dados de uma pesquisa de Tiago Cavalcanti (FGV EESP) e outros colegas segundo a qual empresas do

setor formal no Brasil crescem, depois de 15 anos, em torno de 50%, na média. "Nos Estados Unidos, esse crescimento é acima de cinco vezes. No Brasil, considerando as informais, esse valor cai para 20%."

No fim dos anos 1980 e até meados dos anos 1990, a liberalização comercial, com redução de barreiras não tarifárias e de tarifas, trouxe ganhos de produtividade, documentados em diversas pesquisas, por exemplo, para a indústria de transformação, cita Veloso.

No início dos anos 2000, continua o pesquisador, avançou também um conjunto de reformas voltadas à melhoria do crédito.

A Lei de Alienação Fiduciária dispensou a necessidade de autorização judicial para a revenda, por exemplo, de veículos retomados pelas instituições financeiras de consumidores inadimplentes.

"Essa pequena mudança foi importante porque, como demorava para a Justiça autorizar a revenda do carro e ele ficava ali, parado, perdendo valor, as instituições financeiras cobravam juros mais altos na hora do empréstimo para compensar", explica Veloso.

Uma pesquisa de Juliano Assunção (PUC-Rio) e colegas mostra, segundo Veloso, que o efeito dessa "medida simples" foi queda dos juros, aumento dos prazos e inclusão no mercado de pessoas que, antes, não tinham condições de comprar um carro.

Além disso, diz Veloso, embora não haja estudos conectando a Lei de Alienação Fiduciária a ganhos de produtividade, existem evidências de que o "spread" (diferença entre a taxa de captação de recursos pelas instituições financeiras e a taxa que elas cobram no empréstimo) elevado, como é no Brasil, é prejudicial. "A medida ajudou a reduzir os "spreads", consequentemente, foi na direção de melhoria da produtividade", afirma.

O novo marco de garantias, sancionado no ano passado, dispensou de autorização judicial, à revelia do governo, também a retomada do bem pelas instituições financeiras. "Acho que é positivo, no sentido de acelerar o processo, claro, garantindo a devida possibilidade de defesa. Mas isso já está sendo judicializado", diz Veloso.

Outra lei importante dos anos 2000 foi a que incluiu entre os possíveis tomadores de crédito consignado (empréstimos com amortização por meio de desconto automático em folha de pagamento) os funcionários do setor privado e beneficiários do **INSS**, que não tinham sido contemplados pela lei que criou o consignado em 1990.

"Cito estudo que documenta que a taxa de juros caiu bastante, o volume de empréstimo aumentou, foi realmente um "boom" de crédito, principalmente para os aposentados", diz Veloso.

O trabalhador do setor privado, no entanto, acabou não se beneficiando tanto, o que foi tema de conversa recente entre o secretário Marcos Pinto e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"Não decolou porque o trabalhador pode perder o emprego, não é uma garantia forte", diz Veloso. "Foi um avanço, mas imperfeito, como tantos outros", afirma.

Uma terceira medida importante, tanto para o mercado de crédito quanto no sentido de ajudar a produtividade das empresas, foi a Lei de Falências.

Uma das alterações mais significativas foi o reforço da proteção dada aos credores. "Se o credor sabe que ele está no fim da fila e não vai conseguir recuperar quase nada, ele aumenta os juros para compensar. Na medida em que o credor ganhou maior prioridade no recebimento, isso contribuiu para baixar juros", diz Veloso.

A secretaria de Marcos Pinto quer, agora, avançar ainda mais na participação dos credores nos processos específicos de falência, após uma lei de 2021 já ter focado os gargalos da recuperação judicial. "A Lei de Falências dos anos 2000 melhorou, mas o processo ainda é muito demorado e está longe do ideal", afirma Veloso.

Ao mesmo tempo, porém, em que avançavam essas leis para melhora do crédito, já havia, segundo Veloso, uma inflexão na política econômica no sentido de intervenção maior do Estado, por exemplo, com a expansão do BNDES, o que ganhou mais fôlego após a crise financeira global de 2008.

"As evidências, no entanto, são que, em geral, não há efeito do BNDES sobre a produtividade, o que deveria ser um critério básico por ser um banco de desenvolvimento. A exceção, possivelmente, é para pequenas e médias empresas [PMEs]", diz Veloso.

Para grandes empresas, o efeito do crédito subsidiado sobre investimento parece ter sido nulo, porque elas

simplesmente substituíram recursos mais caros que já tinham pelas fontes mais baratas do BNDES, explica o pesquisador.

Além disso, avançaram também algumas políticas de inovação que se mostraram pouco eficazes - e que estão sendo retomadas agora no plano industrial do governo, observa Veloso.

É o caso da Lei de Informática - instituída em 1991, mas renovada em 2001, 2004 e 2014 até 2029 -, que estimula o aumento de conteúdo local em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e investimentos em operações de pesquisa e desenvolvimento (P D), e da Lei do Bem, que ampliou os incentivos para investimentos em P D.

Veloso cita diversos trabalhos, incluindo do Banco Mundial, que apontam como essas "políticas de apoio a empresas" foram caras para o governo e apresentaram baixo resultado do ponto de vista de ganho de produtividade.

Em outra frente, políticas para a formalização dos negócios, como a criação do Simples Nacional e da figura do Microempreendedor Individual (MEI), são importantes, mas não da forma como foram feitas no passado recente do Brasil, diz Veloso.

"Elas foram bem intencionadas, o objetivo era simplificar o processo de abertura de empresas, o que faz todo o sentido, e de pagamento de **impostos**. Mas a carga tributária também foi muito reduzida, o que exigiu muito gasto do governo para subsidiar", afirma.

Segundo Veloso, estudos mostram que os efeitos das medidas e o custo-benefício delas foram pequenos. "Há muitas empresas que já existiam, já eram formais e migraram para o Simples ou para o MEI para pagar menos **impostos**. Consequentemente, se tornaram menores, o que é ruim para a produtividade", diz, indicando que os programas não precisam acabar, mas devem ser aperfeiçoados.

Veloso observa que muitas das microrreformas em debate atualmente, principalmente aquelas ligadas ao crédito, retomam assuntos de 20 anos atrás. "Isso acontece porque, primeiro, a lei, muitas vezes, não avança tanto quanto deveria, às vezes, não se consegue aprovar tudo o que se gostaria. Em segundo lugar, tem a questão da implementação, que, às vezes, também não é como se gostaria. São processos demorados mesmo, que precisam ser aperfeiçoados", diz. "Mas, talvez, não precisasse ser tão lento", pondera.

Na avaliação de Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, desde os anos 1970, as reformas

no Brasil vivem de ciclos.

"Começa com estímulo fiscal e políticas de desenvolvimento com investimento público e expansão estatal, que geram crescimento no curto prazo, mas também distorções regulatórias, prejudiciais à produtividade, e déficit fiscal. Isso não impulsiona um crescimento sustentável, a taxa de crescimento potencial nunca aumenta", diz.

Depois, continua, vêm períodos de crise, de balanço de pagamentos, como no passado, ou, recorrentemente, fiscal. "Aí, entramos em uma fase de ajustes. O sistema político vê a crise, se assusta e aceita algumas reformas. Algumas até ficam no longo prazo, outras não. Tão logo a economia "tira o nariz de fora da água", voltam a pressão política e a urgência de reformas expansionistas e de incentivos distorcivos. E o ciclo recomeça...".

Foi assim, segundo ele, nos anos 1980 e na recessão de 2014-2016, por exemplo. Mesmo na gestão de Jair Bolsonaro, que tinha um ministro da Economia visto como "reformista" pelo mercado, a reforma da Previdência e a privatização da Eletrobras, vistas como importantes por Mendes, passaram. "Mas também ficou clara a tentação de criar estímulos expansionistas de curto prazo quando havia preocupação com ganhar a eleição", diz Mendes, que foi assessor especial do Ministério da Fazenda na gestão de Michel **Temer**.

Em 2017, a criação da TLP (taxa de juros de mercado do BNDES) em substituição à TJLP (de longo prazo), além de um impacto fiscal benigno para o governo ao reduzir gastos com subsídios, teve efeitos importantes sobre a competitividade de alocação e a produtividade, aponta Veloso. "A TLP acabou com aquele subsídio que distorce, que faz com que, muitas vezes, uma empresa menos produtiva receba dinheiro barato."

A agenda de reformas para aumentar a competição no mercado de crédito e, conseqüentemente, ajudar a reduzir os "spreads" das instituições financeiras também foi importante, segundo Veloso.

Em 2019, a Lei do Cadastro Positivo melhorou a legislação original de 2011 ao permitir o compartilhamento de informações positivas sobre o histórico de pagamento dos consumidores

Em 2021, começou a ser implementado o sistema Open Finance, que permite ao cliente bancário compartilhar suas informações entre instituições financeiras. "Um vetor para a taxa de juros alta era que só a sua instituição sabia se você era bom pagador. Agora, se o cliente autorizar, outros podem saber e oferecer condições de crédito mais favoráveis", afirma

Veloso.

O resultado concreto dessas medidas, porém, ainda não apareceram, pondera o pesquisador.

A **reforma tributária** aprovada no ano passado, embora seja uma medida macroeconômica, tem consequências muito importantes para a microeconomia, no nível das firmas, observam os especialistas.

"Tem de ter ainda a regulamentação, tem um longo caminho pela frente, mas foi um passo bem importante", afirma Veloso.

Olhando à frente, Mendes alerta que más decisões de políticas no presente "demoram para dar ruim", diz ele, que é autor do livro "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?" e organizador de "Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil". "Você começa a "enfiar o pé na jaca" agora e vai ter de lidar com isso daqui três, quatro anos, no mandato seguinte. Isso significa que o eleitor não consegue identificar, claramente, a relação entre a origem dos problemas e as suas consequências", afirma.

Por outro lado, Mendes pondera que as reformas feitas não são totalmente perdidas. "Entra governo, sai governo, tem uma burocracia que acumula conhecimento e continua trabalhando sobre isso. Alguma coisa vai ficando, alguma criação de consciência. Veja, por exemplo, que o PT dizia que o teto de gastos era a pior coisa do mundo, e o novo arcabouço fiscal tem um teto de gastos embutido nele", afirma.

Nesse jogo das reformas, porém, além do Executivo, outros atores são igualmente importantes, como o Congresso, o Judiciário e as próprias empresas.

"A nossa economia política, a organização do nosso sistema político eleitoral, todo o xadrez das decisões levam a expansões fiscais grandes e muita captura regulatória por parte de interesses das empresas reguladas", diz Mendes.

Veloso destaca o papel "crucial" do Judiciário, por exemplo, nas limitações da Lei de Falências. O "viés pró-devedor" da Justiça brasileira, que, muitas vezes, "tenta fazer justiça social", acaba tendo um efeito econômico negativo, afirma Veloso.

Ele cita estudos de Aloísio Araújo (FGV EPGE) e colegas mostrando que, muitas vezes, decisões judiciais favorecem a continuidade de empresas para proteger o trabalhador. "Pode até ser uma ideia legítima, mas não é o que está no texto da lei. Isso

acaba fazendo com que a empresa que deveria fechar não feche, afetando até o salário desse trabalhador negativamente", diz Veloso.

Em sentido inverso, aponta, a reforma do emprego de 2017 tem dado sinais, por exemplo, de ter reduzido a litigiosidade trabalhista, tornando menos custoso para o empregador formalizar seus funcionários.

Para Sérgio Lazzarini, professor da Ivey Business School, da Western University (Canadá) e do Insper, em termos comparativos, reformas interessantes têm avançado no Brasil. "Não são as reformas dos meus sonhos, mas houve avanços importantes."

Por outro lado, diz, há retrocessos. "Voltamos a falar de intervenção na Vale, a Lei das Estatais está sendo enfraquecida, não evoluímos no que diz respeito às agências reguladoras", exemplifica.

Lazzarini diz que gostaria de ver andar a reforma administrativa. "O governo do PT pode até não ser contrário, desde que a reforma seja colocada em termos mais de acompanhamento e avaliação dos funcionários. Não acredito que será encampado algo na linha de reduzir a estabilidade", afirma.

Isso não é, necessariamente, um problema, porque já existe, segundo Lazzarini, um artigo constitucional que condiciona a estabilidade dos servidores ao seu desempenho. "Precisa regulamentar melhor essa questão", diz.

O professor também diz que é preciso acelerar não só a educação técnica, mas a formação de práticas gerenciais. "Temos evidências de que o BNDES até ajuda a aumentar o investimento de empresas menores, mas não aumenta a produtividade. Minha suspeita é que uma pequena empresa compra uma nova máquina, por exemplo, mas não tem competências gerenciais para lidar com ela e acaba se "embananado". Essa linha de treinamento gerencial parece importante, mas não vejo um esforço muito integrado das esferas de governo nesse sentido", afirma.

Lazzarini sugere também a criação de "agências de parceria" responsáveis por formatar projetos de concessão - agenda que dificilmente caminhará no âmbito federal sob o atual governo, mas experiências estaduais interessantes podem ocorrer, segundo ele. "Elas ajudariam a construir bons desenhos de projetos e de financiamento, na interação com a iniciativa privada, porque Estados e municípios têm de sinalizar confiança. Poderia ter até uma lei nesse sentido. Ajudaria a criar continuidade entre os governos", afirma.

Para Veloso, do FGV Ibre, a agenda de abertura econômica é a que, hoje, mais precisa andar. "Está totalmente paralisada. O Brasil parou de reduzir tarifas, criou uma série de barreiras não tarifárias, não se fala mais sobre o ingresso na OCDE, o acordo entre Mercosul e União Europeia parece que não vai sair. Gostaria de ver tudo isso caminhando", afirma.

Mendes diz que, dado o contexto político, primeiro, gostaria de ver menos retrocessos. "Mas muita coisa já está acontecendo", afirma. "Temos a nova lei do salário mínimo, que vai corroer boa parte do que se ganhou com a reforma da Previdência; vimos um aumento brutal das emendas parlamentares; o plano da "Nova Indústria Brasil" vai custar caro; o afrouxamento da restrição fiscal de Estados e municípios me preocupa muito", exemplifica.

Ele elogia a agenda do secretário Marcos Pinto e diz que ela tem a vantagem de, aparentemente, enfrentar menor resistência política. "Precisamos também de uma boa regulamentação da **reforma tributária**, para que não haja distorções, e seguir com a reforma da tributação da renda. Há muitos privilégios, isenções e benefícios dentro da tributação da pessoa física", afirma.

"Começa a "enfiar o pé na jaca" agora e vai ter de lidar com isso daqui anos"

Marcos Mendes

"Não são reformas dos sonhos, mas há avanços importantes"

Sérgio Lazzarini

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187811?page=1§ion=1>

Tributária será reforma mais importante desse governo, diz secretário

Estevão Taiar De Brasília

As reformas microeconômicas são uma política de Estado, que tiveram um impulso grande há aproximadamente duas décadas e cujos frutos o Brasil colhe até hoje. A avaliação é do secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto. Foi ele o principal responsável por colocar de pé neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o Desenrola, programa de renegociação de dívidas contraídas por pessoas físicas. Outros destaques do início de 2023 para cá foram as aprovações do Marco de Garantias e da Lei de Debêntures de Infraestrutura. Para Pinto, no entanto, a principal reforma microeconômica deste governo será a tributária sobre consumo.

Ele também coloca na categoria de reformas micro o Pé-de-Meia, lançado no início deste ano pelo Ministério da Educação para diminuir a evasão escolar no ensino médio. O secretário ainda afirma que o aumento da competição bancária e a redução da inadimplência - ambos os fatores na mira da Secretaria de Reformas Econômicas - podem ter impacto semelhante, sobre o **PIB**, a um corte "perene" de cinco pontos percentuais da **Selic**.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Política de Estado

No primeiro mandato do presidente Lula, houve um ciclo superimportante, com crédito consignado, alienação fiduciária, mudanças em legislação e regulamentação do mercado de capitais. Isso vem seguindo. A gente tem feito um trabalho, que é de Estado, não de governo, com muitos avanços. Estamos tentando neste momento dar uma impulsionada grande nessa agenda, sendo bastante ambiciosos, com oito projetos em discussão no Congresso só na área de crédito.

Impacto de reformas micro

Hoje estamos com spread bancário médio de aproximadamente 20 pontos percentuais. A Selic está em 11,25% ao ano. Se, em um grande ciclo de política monetária, a gente conseguisse cortar a Selic cinco pontos percentuais, seria uma grande vitória para o país. [Com as reformas micro,] a gente pode fazer

uma mudança de magnitude igual ou ainda maior. O spread bancário tem dois elementos gigantes: inadimplência, responsável por 6,38 pontos, e a margem dos bancos, responsável por 3,78 pontos. Se a gente reduzir pela metade a margem dos bancos e a inadimplência, ganharia também [o equivalente a] cinco pontos percentuais [da Selic]. Temos a oportunidade de cortar cinco pontos percentuais dos juros no Brasil atacando o spread bancário. O impacto de uma redução dessas no **PIB** é imenso. Sem falar que você está fazendo isso de forma estrutural, perene. A Selic varia de acordo com a conjuntura.

Avanço nas reformas é factível

É absolutamente factível chegar lá. A gente já evoluiu bastante na questão da inadimplência dos créditos com garantia: alienação fiduciária, Marco das Garantias, fundos de previdência dados como garantia. Para onde a gente precisa direcionar as coisas? Para os créditos sem garantias ou com garantias insuficientes para cobrir a dívida. Isso tem impacto sobretudo nos empréstimos para pessoas jurídicas. As principais maneiras de aperfeiçoar a cobrança de dívida são a execução extrajudicial e o processo de falência. A gente já aperfeiçoou o processo de recuperação judicial, mas precisa aperfeiçoar o de falência, inclusive para a própria recuperação judicial ser mais efetiva.

Maior concorrência fora dos bancos

A concorrência não se dá só entre os bancos. No Brasil, o crédito fora do sistema bancário é metade do crédito que está dentro do sistema. Nos Estados Unidos, o crédito fora do sistema é cinco vezes maior do que o crédito dentro do sistema. A maior competição nos Estados Unidos não se dá entre bancos. Se dá fora

do sistema, por meio de mercado de capitais e crédito direto. Temos duas medidas importantíssimas no pacote que atacam isso. Uma delas disciplina os juros com correção monetária nos empréstimos fora do sistema bancário e as regras para evitar insegurança jurídica. Hoje isso impede o funcionamento do crédito privado e, inclusive, trava o mercado de capitais. Outra medida é a que protege os investidores do mercado de capitais contra fraudes contábeis, que infelizmente têm acontecido no Brasil. Ambas as propostas vão permitir

que o mercado de capitais cresça e que o spread caia consideravelmente. Ainda que o spread bancário fique alto, as empresas vão receber crédito com spread muito menor no mercado de capitais.

Financiamento imobiliário e de veículos

Crédito imobiliário é o mais barato que existe, com inadimplência baixíssima. Aperfeiçoamos a alienação fiduciária de veículos. Criou-se esse mercado que estava morrendo de novo, por causa de alguns problemas no sistema jurídico. Com o Marco de Garantias, voltaremos a ter financiamento de veículos em grande volume.

Tributária é a grande reforma micro

Há coisas já feitas que têm relação direta com produtividade. A **reforma tributária** é a grande reforma micro que a gente está fazendo, porque elimina ineficiências, distorções no funcionamento do mercado. Terá um impacto gigantesco no **PIB**. Outro ponto importante é infraestrutura. A gente já aprovou a Lei das Debêntures [de infraestrutura], vai regulamentar agora. E tem um ponto que às vezes é negligenciado na questão microeconômica, que é a educação. A gente perde 3% do **PIB** com evasão escolar. O programa Pé-de-Meia, que o governo lançou, tem o potencial de reduzir a evasão escolar em um terço. Não estou nem falando da parte de bolsa do programa, só da parte de poupança condicionada à conclusão do ensino médio. É um ponto percentual do **PIB** que a gente ganha com essa reforma.

"Com o Marco de Garantias, voltaremos a ter financiamento de veículos com volume"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187811?page=1§ion=1>

Estados querem cobrar 25% de ICMS das varejistas estrangeiras

Os Estados devem aumentar de 17% para 25% a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre as compras feitas nos sites de varejistas internacionais.

Interlocutores ouvidos pelo Estadão afirmam que há "um clima muito favorável" para essa elevação entre os secretários estaduais de Fazenda, que vêm se surpreendendo com essa nova fonte de arrecadação.

A taxa de 17% foi anunciada em junho de 2023, em meio à criação do programa Remessa Conforme, do governo federal, que busca combater a sonegação de **tributos** nas transações de e-commerces estrangeiros. Fontes da equipe econômica apontam que os governadores têm recolhido mais de R\$ 160 milhões por mês sobre essas transações. "(Os Estados) Estão felizes, nunca tinham recebido essa receita", diz um técnico ouvido pela reportagem.

O tema poderá ser debatido na próxima quarta-feira, em reunião presencial do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), em Brasília.

A pauta oficial do encontro é a regulamentação da **reforma tributária**, mas nada impede que outros assuntos sejam abordados.

No mais tardar, o assunto será debatido na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), marcada para 12 de abril, em Fortaleza.

UNIFORMIDADE A avaliação de fontes ligadas aos Estados é de que o debate deverá ser iniciado já na próxima semana, uma vez que a mudança dependerá do aval das 27 assembleias legislativas. Isso porque a uniformidade na alíquota é um pré-requisito para a cobrança que é realizada pelos Correios.

Caso seja aprovada pelos deputados estaduais, a nova taxa de 25% passará a valer a partir de 2025, já que o ICMS segue a regra da anterioridade anual. Ou seja, a majoração do tributo só pode ter efeito a partir do exercício seguinte.

O impacto da eventual mudança será sentido pelos consumidores que fazem uso de plataformas como Shein, Shopee e AliExpress.

Nos últimos anos, essas empresas asiáticas tiveram um salto no volume de remessas feitas ao Brasil, incomodando as varejistas nacionais, que veem concorrência desleal e exigem tratamento igualitário.

A principal reclamação é pela isenção concedida às compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250), que não pagam Imposto de Importação - o qual é federal e tem alíquota de 60%. O benefício é válido às empresas que aderiram às regras do Remessa Conforme e não se estende ao ICMS.

Na última sexta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, membros do Comitê da Cadeia Produtiva da Moda e representantes do setor calçadista para tratar do tema. Em carta divulgada após o encontro, a Fiesp pediu "celeridade" para se alcançar a "isonomia tributária ampla".

Nesse sentido, o aumento de ICMS pelos governadores cairia como uma luva para o governo federal.

Primeiro, porque atenderia, ainda que de forma parcial, o pleito dos comerciantes nacionais, tornando os produtos estrangeiros mais caros e, portanto, menos competitivos.

E, segundo, porque, ao ser uma decisão colegiada de governadores, as prováveis reclamações nas redes sociais não recairiam sobre o Palácio do Planalto, já bastante preocupado com a queda na aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O tema é visto como delicado e tratado com cautela, devido a polêmicas anteriores. Em 2023, o Ministério da Fazenda tentou acabar com a isenção, mas enfrentou fortes críticas nas redes, que foram reverberadas, inclusive, pela primeira-dama Janja.

Na elaboração do Orçamento de 2024, outra tentativa: sem alarde, a equipe econômica previu uma alíquota mínima de 20% para o tributo, o que renderia R\$ 2,8 bilhões à União, ajudando na meta de déficit zero.

Á época, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que esse piso havia sido proposto pelas próprias empresas estrangeiras.

A promessa era de que a cobrança teria início quando a **Receita Federal** obtivesse dados mais completos sobre as remessas - o que ocorreu entre o fim de 2023 e meados de 2024, com 100% dos pacotes sendo contabilizados pelo Fisco.

Até agora, porém, nada foi anunciado e a isenção federal segue em vigor.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-156ccd191c1d8222f5b8c23fdb6ed37.pdf

Impulso fiscal bate recorde e chega a R\$ 300 bi em 2022-2023, calcula XP

O impulso fiscal das contas públicas do governo federal foi expansionista em R\$ 300 bilhões no biênio 2022-2023.

Esse é um indicador que mostra se a política de gastos do governo está impulsionando ou segurando a atividade econômica. Ou seja, sinaliza se a política fiscal de um país é contracionista ou expansionista.

No primeiro ano do governo Lula 3, o impulso fiscal chegou a dois pontos percentuais do **PIB** (Produto Interno Bruto), a maior expansão fiscal da série, de acordo com estudo especial, que será divulgado nesta segunda-feira (11) pela equipe do economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale .

No último ano do governo Bolsonaro, em 2022, o impulso fiscal foi de 0,8 ponto percentual, marcando o movimento de alta.

O estudo, obtido pela Folha , mostra que a política fiscal brasileira assumiu, no período, um comportamento fortemente expansionista e que o governo terá que correr atrás para reverter esse quadro nos próximos anos, se quiser fazer um ajuste fiscal estrutural (permanente) para segurar a trajetória de alta da dívida pública.

Os dados do estudo (veja o gráfico) mostram que houve um período de expansão fiscal durante a crise de 2009, nos anos de 2012 a 2014, e depois em 2016. Com a implementação do teto de gastos, em 2017, a política fiscal assumiu uma posição "levemente contracionista", indicando que a regra fiscal permitiu um ganho estrutural puxado pela queda nas despesas.

O quadro muda em 2022 com a chamada PEC (Proposta de Emenda à Constituição), aprovada no governo Bolsonaro, e atinge a maior expansão no ano passado, quando começou a valer a PEC da transição que elevou de forma permanente em R\$ 168 bilhões o patamar de despesas.

"O impulso que foi dado na economia entre 2022 e 2023 foi o maior da série histórica. A quantidade de dinheiro que foi despejada na economia, voltada ao crescimento, ao crédito, foi bastante forte", diz à Folha Megale.

O economista contou que num evento recente do

ministro da Fazenda, Fernando Haddad , comentou que não sabia como o Brasil conseguiu crescer com juros de 13% (a taxa Selic ficou entre agosto de 2022 e agosto de 2023 em 13,75% para conter a alta da **inflação**).

"Falei na ocasião, ministro, mas em contrapartida teve uma expansão fiscal que foi muito forte, que em boa parte compensou, e superou até o efeito dos juros altos", relembra Megale. Ele alerta que o crescimento da economia tem sido muito estimulado pela demanda e que em algum momento "vai bater no muro".

"Não dá para crescer estimulado só pelo consumo durante muito tempo", diz.

Para Megale, a expansão fiscal associada ao aquecimento do mercado de trabalho, com a alta dos salários verificada desde setembro, deve levar ao aumento da massa de renda dos brasileiros para um patamar de 4% acima da **inflação** em 2024, após ter subido 6,5% no ano passado.

"Teremos em dois anos um crescimento de 10% da renda real. Isso é consumo na veia, é poder de compra na veia. Juntando com a queda de juros agora, que está melhorando a situação do crédito, estamos vendo uma economia que vai continuar firme", prevê. A XP subiu a projeção de **PIB** de 1,5% para 2%.

Na avaliação do economista, o cenário expansionista da política fiscal, impulsionando a demanda, a redução dos juros e mercado de trabalho aquecido, gera, no entanto, a dúvida se a oferta da economia (a quantidade de bens e serviços que as empresas estão dispostas a oferecer), conseguirá acompanhar essa trajetória, sem impacto na **inflação**.

Megale diz que está mais cauteloso em relação à **inflação** justamente devido justamente a esse processo de impulso à demanda continuado, o que tende a pressionar a **inflação** de serviços. Ele defende maior previsibilidade fiscal.

O analista fiscal da XP, Tiago Sbardelotto, que fez os cálculos do impulso fiscal, afirma que o impulso deve ter compensado, pelo menos parcialmente, a política monetária mais restritiva do Banco Central, levando a um crescimento da economia mais forte que o

antecipado.

Para 2024 e 2025, a XP vê o impulso fiscal próximo da neutralidade, se não houver mudanças no arcabouço fiscal - a nova regra fiscal que substituiu o teto de teto de gastos que entrou em vigor neste ano.

Para evitar que o crescimento da economia bata no muro, o economista-chefe da XP recomenda maior previsibilidade fiscal e foco muito forte do governo em medidas de aumento dos investimentos e produtividade.

Na sua avaliação, um dos fatores que tornam incerto o ambiente de investimento é a percepção de que a dívida pública é crescente. Ele ressalta que pelas contas da XP as medidas tomadas pelo governo do lado da receita não são suficientes para equilibrar a dívida pública.

"A instabilidade das contas públicas tende a ser um fator que deixa o investimento com o pé atrás"

Megale reforça a preocupação com a ausência de um plano até agora para rever os pisos constitucionais da saúde e educação (hoje, atrelados à receita) e que vão consumir o espaço para gastos no arcabouço fiscal e a forte pressão por reajuste salarial do funcionalismo. "Como é que eles vão equacionar isso dentro do arcabouço? Se você está a atender todas as demandas do funcionalismo, não estou julgando o mérito aqui se tem que atender ou não, mas ela não é compatível com o ritmo de crescimento que prega o arcabouço fiscal", alerta.

Para ele, é urgente também uma definição da regulamentação da **reforma tributária**: "Se você perguntar para qualquer empresa do Brasil, ninguém tem conforto de como vai ser o sistema tributário daqui a quatro, cinco anos. Essa lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**, é super importante que ela seja rapidamente explicitada, discutida e aprovada".

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/impulso-fiscal-bate-recorde-e-chega-a-r-300-bi-em-2022-2023-calcula-xp.shtml>

"Bitcoin é opção para diversificar o portfólio"

LUCAS AGRELA

ENTREVISTA: Reinaldo Rabelo, Formado pela UFRJ, trabalhou na Cetip, Abrasca e Ambima; ingressou no Mercado Bitcoin em 2017 e é CEO desde 2020

Para Reinaldo Rabelo, CEO da exchange Mercado Bitcoin, as criptomoedas estão apenas em seus primeiros dias no mercado financeiro. Com a aprovação dos ETFs (títulos de índices) de criptoativos nos Estados Unidos, o bitcoin teve a sua maior alta em dois anos neste começo de 2024.

No ano passado, a moeda foi de US\$ 16.625 em janeiro para US\$ 42.280 em dezembro, alta superior a 150%. Na última semana, o bitcoin atingiu um pico de US\$ 70.000, marca inédita, mas Rabelo acredita que ainda há espaço para um alta maior nos próximos meses. Para ele, o mercado financeiro ainda criará outros tipos de investimentos ligados às criptomoedas, aumentando assim os aportes de investidores institucionais.

A Mercado Bitcoin, que tem quase 4 milhões de clientes cadastrados, aproveitou o "inverno cripto" para internacionalizar a operação, começando por Portugal e Espanha. A expectativa é de que o negócio esteja agora mais bem posicionado para atender a demanda dos investidores de diferentes países, especialmente com a aprovação da operação da empresa em toda a Europa. A América Latina, no entanto, será foco em uma segunda etapa de expansão global.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

O bitcoin atingiu a máxima de preço após dois anos.

Como o sr. avalia o momento atual da criptomoeda?

Estamos em um bom período, após um bear market (período de baixa) de quase dois anos. O conceito do bitcoin acaba sendo representado pelo preço, mas, no fundo, ele é sobre a tecnologia.

Acreditamos nos fundamentos do blockchain para influenciar as novas gerações de internet e mecanismos digitais.

O momento de alta vem da aprovação do ETF, que trouxe investidores institucionais dos Estados Unidos

ao bitcoin. Teremos também o halving em abril deste ano, que cortará pela metade a mineração de novos bitcoins, aumentando a escassez do ativo no mercado.

Desde 2017, vemos picos de alta do bitcoin, seguidos de quedas, o que pode se repetir com a volta à máxima de preço agora. Como o investidor deve se preparar para não se frustrar na queda?

Estamos falando de um ativo instável, baseado em uma tecnologia que ainda não está pronta e que está se provando ao longo do tempo. Muitas pessoas entram em qualquer ativo por medo de ficar de fora. Como no mercado de ações, a empolgação dos investidores também eleva preços, e não só os fundamentos do ativo. Vemos isso hoje com ações de empresas de inteligência artificial e veremos momentos especulativos levando a uma quebra, que leva os ativos até patamares abaixo do normal.

O investidor que sabe que o ativo é de longo prazo consegue assimilar essa perda, sabendo que haverá um novo momento de alta.

Ainda estamos no início da adoção do bitcoin pelo mercado financeiro?

Sim. O bitcoin pode ganhar relevância em outras classes de ativos. Nas últimas altas, a capitalização do bitcoin superou a de todas as empresas abertas na B3.

Mas ainda não temos representatividade relevante de investidores institucionais.

Com o ETF nos Estados Unidos, isso foi viabilizado.

Fundos passam a poder investir nesse ativo de acordo com seus perfis de investimento.

Certamente, veremos o mercado aumentando o investimento em bitcoin para diversificar o portfólio.

No Brasil, os multimercados ainda não investem em bitcoin, por exemplo, e isso acontece no mundo todo. Quando isso acontecer, naturalmente teremos aumento da capitalização dos criptoativos.

No Brasil, estamos em fase de queda da taxa de juros e a expectativa é de que o mercado americano

também inicie o mesmo processo. O bitcoin será afetado por isso?

Há alguns elementos que ainda não aparecem no preço do bitcoin. O Fed está mais cauteloso com o controle da **inflação** e ainda não reduziu o juro, ou seja, não há uma liquidez nova no mercado.

Quando isso acontecer, o investidor vai sair da renda fixa em busca de retornos melhores em renda variável, e as criptomoedas estão dentro dessa classe de ativos.

O halving então é um fator secundário da alta mais recente do bitcoin?

Não chega a ser secundário, mas é previsível e vem sendo precificado aos poucos.

Há uma tendência de valorização porque o halving provoca uma escassez de ativos no mercado. Mas tivemos compras de 1.300 bitcoins pelos ETFs, com uma média de 900 bitcoins gerados por dia pela mineração. Isso cria uma pressão de demanda, provocando a necessidade de tirar bitcoin da mão de quem tem, levando a um aumento de preço. Com o halving, a mineração cairá à metade. Naturalmente, há uma pressão maior na balança de oferta e demanda de criptoativos, ainda que o mercado tenha se antecipado e diluído esse processo de aumento de preços.

Opção Com processo de queda dos juros, criptomoedas ganham espaço para compor portfólios

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Consumidor brasileiro é 4º mais otimista, diz pesquisa

Luiz Fernando Figliagi De São Paulo

A melhora das projeções de crescimento da economia neste ano ajudou a elevar a confiança do consumidor brasileiro em fevereiro, que passou a estar entre os quatro mais otimistas do mundo, segundo levantamento mensal do instituto Ipsos.

O índice de Confiança do Consumidor (ICC) calculado pelo Ipsos aumentou 1,9 ponto e fechou fevereiro em 58 pontos. A alta vem após três meses de quedas consecutivas. Na comparação com fevereiro de 2023, o indicador subiu 0,4 ponto.

Com o avanço, o país passou Cingapura em relação a janeiro e ficou somente atrás de Índia (69,4 pontos), Indonésia (65,2) e Tailândia (60,4).

Segundo o CEO do Ipsos no Brasil, Marcos Calliari, a melhora em relação ao mês de janeiro está relacionada a projeções mais otimistas do mercado em relação ao aumento do **PIB** brasileiro.

"Alguns impactos positivos também foram diretamente sentidos no bolso dos consumidores, como a bandeira verde nas contas de luz que foi mantida pela Aneel ao longo do último mês", diz.

Calliari ainda pontua que, historicamente, janeiro é um mês com índices mais baixos por causa das dívidas que os consumidores adquirem com as compras de fim de ano e que a melhora da confiança em fevereiro já era esperada.

No cenário de outros países analisados pela pesquisa, Calliari destaca a Argentina, que teve crescimento da confiança após o primeiro mês de governo de Javier Milei, mas viu o índice cair 2,7 pontos em fevereiro.

"Um movimento de otimismo bastante comum no pós-eleição, e que também vimos no Brasil após a posse de Lula. A lua-de-mel durou muito pouco, e em fevereiro o indicador argentino já despencou", aponta.

O indicador do país vizinho teve queda similar ao da Bélgica e ficou atrás apenas das retrações sofridas por Hungria (3,4) e Reino Unido (3,2). A África do Sul foi o único dos países pesquisados que não teve mudança no indicador em relação a janeiro.

O estudo analisou a confiança dos consumidores em 29 países. A pesquisa considera um índice que vai de 0 a 100 para avaliar se os consumidores estão mais confiantes, considerando o número 50 como sinal de neutralidade.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187811?page=1§ion=1>

Bancos centrais começam a vislumbrar vitória ao alcance na guerra contra inflação

Martin Arnold, Claire Jones e Mary McDougall Financial Times, de Frankfurt, Washington Londres (Colaborou Sam Fleming, de Londres)

Os principais dirigentes de bancos centrais da Europa e dos EUA estão mais perto de declarar vitória contra a maior disparada da **inflação** em uma geração, com novos dados que dão a eles confiança de que poderão cortar as taxas de juro no próximo verão no Hemisfério Norte.

Na sexta-feira, os números sobre o crescimento do emprego em dezembro e janeiro nos EUA foram revisados fortemente para baixo, o que consolidou a expectativa de investidores de que haverá corte de juros em junho, enquanto dados da zona do euro mostraram desaceleração de salários e lucros.

Um dia antes, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, disse que a instituição "não estava longe" de ter confiança suficiente para começar a baixar o custo do crédito.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, afirmou que os dirigentes tinham "começado a discutir a possibilidade de recuar da nossa posição restritiva" e comemoraram a "evolução positiva na direção de nossa meta de **inflação**", mesmo que "ainda não tenhamos chegado lá".

"Achei-os muito sincronizados nessa posição mais "dovish" [suave]", disse Ludovic Subran, economista-chefe da seguradora Allianz, em referência a Powell e Lagarde. "A questão agora é se o Fed vai esperar até setembro para cortar taxas." Os dados dos EUA divulgados na sexta-feira mostram que a economia criou 275 mil vagas em fevereiro, superando as previsões, mas a forte revisão para baixo dos números anteriores reforçou a expectativa de que o primeiro corte de juros poderia ocorrer por volta de junho.

Na zona do euro, dados do quarto trimestre mostraram que o custo do trabalho por unidade produzida e a margem de lucro cresceram em ritmo mais lento, o que acalmou temores de que empresas estariam alimentando a **inflação** com repasse de custo trabalhista mais alto elevando preços de modo agressivo.

Os mercados diminuíram suas apostas em uma série

de cortes nas taxas de juros em 2024, já que a **inflação** europeia provou ser mais persistente do que se esperava e o mercado de trabalho dos EUA segue surpreendentemente robusto.

Mas a situação virou recentemente. Agora os mercados estão embutindo nos preços a estimativa de até quarto cortes de 0,25 ponto percentual nas taxas neste ano, tanto por parte do Fed como do BCE, em comparação com a previsão de três cortes do início do mês. A expectativa é que o Banco de Inglaterra faça seu primeiro corte no verão, já que seu presidente, Andrew Bailey, aponta "sinais encorajadores" da **inflação**.

"Agora você tem o BCE dizendo que abril é o momento provável para um corte e, se não, com certeza até junho", disse William Vaughan, gerente associado de carteira da Brandywine Global. "É uma mudança de tom nítida com relação às mensagens do mês passado, e os dados salariais mais fracos de hoje [sexta-feira] dão suporte a essa posição mais dovish." Na sexta-feira, três responsáveis pela definição das taxas do BCE reforçaram essa leitura. O presidente do banco central francês, François Villeroy de Galhau, disse que um corte era provável em abril ou junho. Olli Rehn, do BC da Finlândia, afirmou que os riscos de cortar cedo demais "diminuíram de modo significativo". Até o agressivo chefe do BC da Áustria, Robert Holzmann, disse que uma mudança nas taxas "pode estar em preparação".

"O que mudou é que parece que eles começaram a recuperar a confiança nos seus modelos e previsões, o que os aproxima do primeiro corte", disse Frederik Ducrozet, chefe de pesquisa macroeconômica da Pictet Wealth Management.

Nem todos os "hawkish" (linha-dura) estão convencidos. Nos EUA, Neel Kashkari, presidente do Fed de Minneapolis, e Raphael Bostic, que comanda o Fed de Atlanta, acreditam que a força da economia americana significa que o Fed não precisa cortar as taxas tanto quanto os responsáveis pela política monetária consideravam necessário em dezembro, quando pre-viam três cortes ao longo de 2024.

Joachim Nagel, presidente do Bundesbank da Alemanha, reconheceu que "cresce a probabilidade de que tenhamos cortes nas taxas de juro antes das

férias de verão", mas alertou para o risco de cair na "euforia cedo demais".

"Achei-os muito sincronizados nessa posição mais "dovish" [suave]" Ludovic Subran

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187811>